



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA

LUCICLEIDE LOPES CAMPELO

**O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE AMAJARI-  
RORAIMA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1991-2010**

BOA VISTA – RR

2017

LUCICLEIDE LOPES CAMPELO

**O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE AMAJARI-  
RORAIMA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1991-2010**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Cardoso Caldas

BOA VISTA – RR

2017

LUCICLEIDE LOPES CAMPELO

**O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE AMAJARI-  
RORAIMA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1991-2010**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas. Defendida em 17 de abril de 2017 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Cardoso Caldas  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Geyza Alves Pimentel  
(Membro)

---

Prof. Dr<sup>o</sup> Ruben Eurico Pessoa  
(Membro Externo)

Ao meu pai Osmir, e em memória de  
minha mãe Francisca Lopes.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo milagre da vida.

À minha família, que mesmo longe me dá forças para prosseguir na busca dos meus sonhos.

Aos meus padrinhos Marta e Gaúcho pelo apoio e o carinho de sempre.

Ao Tiago Aguiar, ofereço um agradecimento mais que especial pelo apoio, carinho, paciência e companheirismo oferecidos em todos os momentos.

Às minhas irmãs de coração Marliane e Millena Bruna por estarem presentes em todos os momentos.

Às minhas pequenas Giovanna e Gabriela pelo amor e os doces sorrisos.

Ao meu amigo DorcílioÉrik, pelo apoio necessário desde a preparação para a seleção desse curso.

À professora Dr<sup>a</sup>Geyza Alves Pimentel por todas as palavras de incentivo ao longo desse tempo.

Agradeço a todos os amigos pelo carinho e atenção, em especial a Dhanita, Gleydson, Josenilda, Ligiane, Kéroli, Nelcilene e Weliton.

À Universidade Federal de Roraima e a todos os meus professores, muito obrigada pelo conhecimento e pelas oportunidades para que eu chegasse até aqui.

Agradeço à minha orientadora professora Dr<sup>a</sup> Ingrid Cardoso Caldas, por ter esclarecido as minhas dúvidas, pela competência, confiança e conhecimento repassados.

Aos colegas da Turma 2015, em especial Eroltilde, Julieta e Lorena.

Ao departamento de Economia em especial ao Coordenador do curso professor Dr<sup>o</sup> Ruben Pessoa, pelo carinho e apoio durante esse período.

A todos os meus alunos da Universidade Federal de Roraima pela atenção e paciência em discutir o tema dessa dissertação.

À secretaria do Nekar, em especial ao Diego por toda a atenção durante o curso.

Nós, homens do conhecimento, não nos  
conhecemos; de nós mesmo somos  
desconhecidos.  
(Friedrich Nietzsche).

## RESUMO

Este trabalho analisou o Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Amajari-Roraima entre 1991 a 2010, e teve como objetivo verificar os motivos do baixo índice do IDH-M, pois o município não conseguiu atingir um bom desempenho ao longo da série histórica divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja última publicação foi em 2013. Pelo fato do município ter ficado entre os piores no ranking do IDH-M no Brasil, foi lançada a hipótese de que as políticas públicas relacionadas à renda, saúde e educação foram incapazes de resolver o problema do baixo desenvolvimento humano do município de Amajari- Roraima entre 1991 e 2010, devido as peculiaridades sociais do município. Para isso, foi realizado um estudo sobre o conceito de desenvolvimento humano. Além disso, foi realizado um estudo sobre o conceito de políticas públicas e uma análise socioeconômica do município desde a sua criação para verificar o desempenho da economia e investigar quais políticas públicas foram aplicadas no município durante o período. Por se tratar de um município com forte concentração populacional indígena o conceito de comunidades pré-capitalistas foi estudado para entender quais são as atividades e a cultura de comunidades não monetizadas. Os dados utilizados para a análise foram extraídos do IBGE, Secretaria de Planejamento do estado de Roraima (SEPLAN) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que facilitou a análise das condições do desenvolvimento humano no município, a fim de demonstrar qual o nível de evolução do índice e comparar o nível municipal com o estadual e nacional. Com isso foi possível verificar que mesmo com uma variação positiva das dimensões ao longo do período, a Longevidade foi a única que se destacou tendo um resultado considerado alto, já a Renda e Educação não tiveram sucesso ficando com um resultado considerado baixo, o que contribuiu para o baixo resultado final do IDH-M. Diante disso, a hipótese lançada foi aceita para a dimensão longevidade, que teve um bom resultado e rejeitada para as dimensões educação e renda, pois nesses dois últimos, as políticas públicas não resolvem os problemas do baixo resultado desses índices, pelo fato do município se encontrar numa situação onde parte da sua população vive num sistema pré-capitalista, onde a renda e a educação comum no sistema capitalista não são as principais prioridades dessa parcela da população. Com isso, ficou claro que o fator cultural pesou no resultado do índice e foi verificado que o IDH ainda não é o método mais adequado para medir o nível de bem-estar desse município, pois para grande parte desses indivíduos, essas variáveis utilizadas no cálculo do índice ainda não são prioridades no cotidiano dessa população.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano Municipal; Amajari; Comunidades Pré-capitalistas; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This work analyzed the human development index of the municipality of Amajari-Roraima, between 1991 and 2010, and had as objective check the motives of low index of IDH-M, because the municipality failed to achieve a good performance over the historic series disclosed by the United Nations Program for Development (PNUD), whose last publication was in 2013. Due to the fact that the municipality has among the worst in the ranking of IDH-M in Brazil, it was hypothesized that public policies have not been efficient for the growth of the index during the period. Therefore was realized a study about the concept of human development to extend the questions related to what can promote the human development. Was also made a study about one the calculation methodology of IDH to check the variables that are used in the model. Besides that, was realized a study about the concept of public policy and a study socioeconomic of the municipality since your creation for check the performance of the economy and investigate which public policies were applied in the municipality during the period. For being a municipality with a strong indigenous population concentration was realized an analysis about the concept of pre-capitalist communities to understand which are the activities and the culture of non-monetized communities. The data used to the analyses were extracted from IBGE, secretary of planning the state of Roraima (SEPLAN) and atlas of human development in Brazil that made it easier the analyses of the conditions of human development in the municipality, in order to demonstrate the level of evolution of the index and compare the level municipal with the state and national. With that it was possible to check that even with a positive variation of the dimensions over the period, the longevity was the only one that stood out having a result considered low which contributes for the low and result of the IDH-M. One this, the hypothesis was deconstructed, because only public policies would not solve the problems of the municipality is in a situation. Where part of your population still lives in a pre-capitalist system, where the income and the common education in the capitalist system not part of the daily of this parcel of county, therewith, it was clear that the cultural factor weighed in the result of the index and was checked that the IDH isn't still the method most appropriate to measure the level well-being this municipality, because for the most part of these individuals these variables used in the calculation of the index aren't still the priorities in the daily life this population.

**Keywords:** Municipal Human Development; Amajari; Pre-capitalist communities; Public policy.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Evolução do IDH-M de Amajari nos anos 1991, 2000 e 2010.....	62
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Balizas para o cálculo do IDH para os países em 2005.....	32
Tabela 02 – Valores para o cálculo da Longevidade.....	34
Tabela 03 – Componente do IDH-M de Amajari- Roraima.....	56
Tabela 04 – População total do município de Amajari- Roraima.....	68
Tabela 05 – Estrutura etária da população de Amajari- Roraima.....	59
Tabela 06 – Variação da Longevidade, mortalidade e Fecundidade de Amajari em Roraima.....	60
Tabela 07 – Renda, Pobreza e Desigualdade Social no município de Amajari- Roraima.....	69
Tabela 08 – Taxa de ocupação da população de 18 anos ou mais no município de Amajari- Roraima.....	71
Tabela 09 – Percentual de domicílios com acesso a serviço de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo em Amajari – Roraima.....	72

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama do IDH.....	36
Figura 2 – Localização do Município de Amajari- Roraima.....	47
Figura 3 – Comparação do IDH-M do município o de Roraima e Brasil.....	63
Figura 4 – Fluxo escolar por faixa etária no município de Amajari – Roraima.....	66
Figura 5 – Fluxo escolar por faixa etária – Amajari – Roraima – 2010.....	67
Figura 6 – Participação da população adulta de 25 anos ou mais na educação do município de Amajari em 1991, 2000 e 2010.....	68
Figura 7 – Distribuição de Renda por quinto de renda em Amajari- Roraima.....	70
Figura 8 – População economicamente ativa, inativa e desocupada de Amajari- Roraima.....	71

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Municipal

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do estado de Roraima

SUS – Sistema Único de Saúde



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH</b> .....	18
<b>2.1 UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO.</b> .....	19
2.1.2 Teoria do Desenvolvimento Econômico.....	21
2.1.3 Construção do Conceito de Desenvolvimento Humano.....	23
<b>2.2. POBREZA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO.</b> .....	29
<b>2.3. O INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).</b> .....	31
2.3.1 Metodologias de Cálculo do IDH.....	32
2.3.1.1 Dimensão Longevidade.....	35
2.3.1.2 Dimensão Educação.....	36
2.3.1.3 Dimensão Renda.....	38
<b>2.3.4 O IDH no Brasil</b> .....	41
<b>3. O HISTÓRICO DO IDH DO MUNICÍPIO DE AMAJARI- RORAIMA</b> .....	43
<b>3.1 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Humano de Amajari- Roraima</b> .....	45
3.1.1 As Políticas Públicas relacionadas à Longevidade no Município de Amajari – Roraima.....	46
3.1.2 As Políticas Públicas relacionadas à Educação no Município de Amajari – Roraima.....	49
3.1.3 As Políticas Públicas Relacionadas à Renda no município de Amajari- Roraima. ....	53
<b>4. ANÁLISE DE DADOS</b> .....	58
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	70
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	73
<b>7. ANEXOS</b> .....	78

## 1. INTRODUÇÃO

O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no início da década de 1990, por MahbubulHaq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, com a intenção de se verificar o grau de desenvolvimento humano de um país, por meio dos indicadores de desempenho como: esperança de vida; taxa de alfabetização de adultos combinada com a taxa de matrícula nos três níveis de ensino; e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, PNUD (2010).

A intenção da ONU com a criação do IDH foi mostrar aos governantes dos diversos países, que o crescimento do PIB, não indica que um país seja considerado desenvolvido e sem desigualdade social. Para isso, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresenta quatro componentes essenciais na medição no nível de desenvolvimento humano: equidade, sustentabilidade, empoderamento e produtividade.

Com a medição a nível municipal, foi possível também a análise da situação de desempenho nos municípios o chamado IDH-M, pois quando se trata de nível municipal, podem existir muitas discrepâncias entre os municípios, por diversos fatores, inclusive nos casos em que os indivíduos moram em um e trabalham ou estudam em outro. Dessa forma, acabam por utilizar serviços de outro município, o que pode gerar resultados baixos ou altos demais no valor do índice nesses casos, não refletindo o real nível de desenvolvimento humano daquele município.

Além disso, existe uma outra preocupação em relação a aplicação do método ser igualitário para todos os casos, pois em alguns municípios existem comunidades tradicionais, que não fazem parte das quatro dimensões verificados pelo IDH, ou que ainda não é habitual para elas o interesse nessas questões levantadas pelo IDH. No Brasil, principalmente nos estados da região norte existem muitos municípios com a maior parte da população indígena, esses municípios tiveram resultado muito baixo na medição do IDH-M ao longo do tempo.

Nesse sentido, temos o caso específico do IDH-M do município de Amajari, que faz parte do estado de Roraima, Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), área da unidade territorial do município corresponde a 28.472,310 km<sup>2</sup>, com 2,54% de participação em relação à área total do estado. De sua área 33% (9.395,862 km<sup>2</sup>), são considerados área indígena. A maioria formada pelas etnias macuxi e wapichana, e as Terras Indígenas de Amajari são: TI Ananás, TI Anaro, TI Anigal, TI Araçá, TI Cajueiro, TI Ouro, TI Ponta da Serra, TI Santa Inês, formadas por 18 comunidades.

De acordo com a SEPLAN (2003), as principais Vilas são: Maracá (antiga Vila Trairão), Vila Tepequém (antigo garimpo de Diamante), Três Corações (maior comunidade indígena do município).

De acordo com o IBGE (2016), a população estimada do município de Amajari é de 11.285 habitantes; desses 5.981 são indígenas, o que corresponde a 53% do total da população.

Dessa forma, o problema de pesquisa se deu pela análise da publicação do PNUD em 2010 pelo IBGE, onde afirma que o município de Amajari, localizado no estado de Roraima, ficou entre os cinco municípios com os piores índices de IDH-M, com um índice correspondente a 0.453, não conseguindo atingir o índice mediano de desenvolvimento desde 1991 até 2010, ficando entre os piores municípios no ranking do IDH-M do estado de Roraima.

Nesse sentido com essa pesquisa buscou-se saber por que o município de Amajari-Roraima, de 1991 até 2010 não conseguiu atingir o nível mínimo considerado para ser desenvolvido?

Para responder essa pergunta, foi lançada a seguinte hipótese "As políticas públicas relacionadas à renda, saúde e educação foram incapazes de resolver o problema do baixo desenvolvimento humano do município de Amajari- Roraima entre 1991 e 2010, devido as peculiaridades sociais do município".

Para o desenvolvimento da pesquisa o objetivo geral consistiu em analisar o comportamento dos índices formadores do IDH no município de Amajari – Roraima, enfatizando o conceito de desenvolvimento humano, com base na publicação do IDH-M dos anos de 1991, 2000 e 2010.

Os objetivos específicos consistiram em: **a)** contextualizar o conceito de Desenvolvimento Humano numa sociedade majoritariamente pré-capitalista; **b)** realizar levantamento histórico-político, econômico, geográfico e social do município de Amajari no estado de Roraima, a partir das informações geradas sobre o município; **c)** analisar os dados sobre o IDH-M do município, para demonstrar quais as variáveis que mais se destacam no que tange aos problemas relacionados ao desenvolvimento humano no município de Amajari no estado de Roraima.

Este trabalho se justifica pelo interesse nas questões relacionadas ao desenvolvimento da Amazônia, o qual surgiu a partir de inquietações sobre os problemas ligados ao bem estar da população da região. Como economista, logo na graduação, a

disciplina de Desenvolvimento Econômico despertou um interesse pelos estudos sobre o desenvolvimento humano na região amazônica, em especial no estado de Roraima.

Ao iniciar os estudos sobre o desenvolvimento humano na Amazônia, é notório perceber que ainda existe uma lacuna muito grande em relação às pesquisas sobre desenvolvimento Humano, principalmente nos municípios com participação indígena muito forte no estado de Roraima;

O tema se torna relevante pela colaboração em estudos relacionados ao desenvolvimento humano no município de Amajari, e principalmente, em relação aos problemas ligados aos casos especiais do baixo desenvolvimento em municípios com grande concentração indígena, como o caso de Amajari- Roraima.

Sobre a metodologia utilizada foi feita pesquisa exploratória, pois teve como objetivo conhecer com maior profundidade o assunto da pesquisa, usando uma abordagem quantitativa e qualitativa. Para a definição dos métodos de pesquisa, utilizou-se o modelo exposto por ANDRADE e MARTINS (2009). Assim, o método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, o qual “não se limita à generalização empírica das observações realizadas, podendo-se, através dele, chegar à construção de teorias e leis” (ANDRADE, 2009, p. 122).

Nos objetivos específicos do trabalho, foi utilizado o método histórico, que “consiste em investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje” (ANDRADE, 2009, p. 123). Para o tratamento dos dados relativos aos métodos econômicos e sua correlação com os quantitativos étnicos, foi necessário usar o método estatístico, que “permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado” (ANDRADE, 2009, p. 123).

Quanto às técnicas de pesquisa, foram elaboradas tabelas, gráficos e figuras com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN) e Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Na segunda sessão desse trabalho, foi discutido o conceito de Desenvolvimento Econômico e Humano, utilizando os teóricos do desenvolvimento econômico e também sobre a construção do conceito de Desenvolvimento Humano, além das questões a cerca da Pobreza e o Desenvolvimento Humano. Foi demonstrada a metodologia de cálculo do IDH, IDH-M em cada uma das dimensões para explicar como se chega no resultado final do índice.

Na terceira sessão, foi realizado um levantamento histórico do IDH no município de Amajari- Roraima, analisando o conceito de políticas públicas, demonstrando quais as

políticas públicas relacionadas ao IDH, foram implementadas no município durante o período analisado.

A quarta e última sessão trás a análise dos dados e o resultado da pesquisa, fazendo uma relação entre os assuntos apresentados nas sessões anteriores, através da demonstração em gráficos e tabelas.

## 2. DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

Desde a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pela Organização das Nações Unidas (ONU), muito se discute sobre os avanços que alguns países conquistaram com a utilização do índice como balizador do grau de desenvolvimento dos países e as orientações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Mas existem também inquietações a respeito do parâmetro de medição do IDH, pois no Brasil ele é utilizado da mesma forma para medir o nível de desenvolvimento dos estados e municípios, independente das questões culturais, ideológicas e até mesmo econômicas. Dessa forma, o primeiro capítulo desse trabalho pretende analisar o conceito de desenvolvimento humano e as questões relacionadas ao que tange o processo de evolução que torna o indivíduo capaz de usufruir das melhores condições de vida e bem-estar social.

Na busca por entender o método de medição do IDH, nesse capítulo será realizado uma análise histórica de como o mundo passou a pensar no bem-estar e não apenas no crescimento do produto interno bruto, passando a desconstruir a ideia de que o aumento da renda per capita era o balizador do desenvolvimento.

Para tanto, se faz necessário uma discussão sobre os conceitos de desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano para entender como a classificação de desenvolvimento de um país ou região alterou o processo de definição das políticas públicas atualmente. As novas metodologias para o cálculo do desenvolvimento, seja ele econômico ou humano, acompanhados das mudanças da sociedade com relação as questões econômicas, políticas ambientais, entre outros aspectos, possibilitam o surgimento de novos mecanismos de análise do tema, como é o caso do IDH.

No caso do Brasil, o IDH tornou-se um dos principais norteadores de políticas públicas, após a sua criação e diante desse fato, o conceito de desenvolvimento econômico restringiu-se a análise basicamente econômica. Portanto, a necessidade de aprofundar o entendimento da transição de pensamento atribuído ao conceito de desenvolvimento será abordada a seguir.

## 2.1 UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO.

Por um longo período o conceito de desenvolvimento econômico foi empregado em análises do comportamento econômico, o qual passou a ser utilizado e definido pelos principais pensadores da história econômica. O brasileiro Bresser-Pereira (2006), explica no seu trabalho sobre o conceito de desenvolvimento econômico, que:

[...] desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado per capita porque envolvendo maior conhecimento... (BRESSER, 2006, p. 08).

É notório haver em muitas ocasiões uma confusão nos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico. De acordo com a visão dos economistas neoclássicos para uma região ser considerada desenvolvida é fundamental que ocorra crescimento econômico. Nesse contexto, a corrente neoclássica defende que um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos.

Para Souza (2009), a teoria neoclássica simplifica a realidade, colocando todos os países dentro da mesma realidade, com a ideia de que o crescimento econômico, distribuindo igualmente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, oferece automaticamente condições para a melhoria nos padrões de vida e ao desenvolvimento econômico.

O modelo de crescimento proposto por Adam Smith se fundamenta:

Em uma economia sem obstáculos e alavancado pela poupança, que se transforma em investimentos, permitindo a contratação de trabalhadores produtivos: a população, o capital e a tecnologia são complementares; os salários sobem e os lucros não caem. A acumulação de capital desempenha papel crucial para que isso ocorra, ao aumentar a demanda por trabalho, elevar a massa salarial e a dimensão do próprio mercado interno, gerando economias de escala e redução dos custos médios de produção (SOUZA, 2007, p. 61).

Diante disso, esse pensamento infere que, enquanto houver taxa de lucro positiva decorrente da ampliação dos mercados e da divisão de trabalho, haverá poupança que se transformará em investimento elevando a demanda por trabalhadores. Existirá, portanto, crescimento econômico enquanto os mercados não estiverem saturados, ao se atingir esse

patamar a economia se encontrará no estado estacionário, em que serão máximas tanto a população total, como o produto global. Neste estágio, os lucros se anulam, cessam os investimentos e a demanda por trabalhadores (SOUZA, 2007, p.64).

Contraopondo o pensamento neoclássico, Furtado (1961), da corrente de pensamento econômica estruturalista, defende que o crescimento é condição necessária para a melhoria do padrão material de vida das pessoas, mas está longe de ser sua base suficiente. E que é necessário se fazer investimentos para promover a industrialização de um país. Explica ainda, que um projeto de desenvolvimento que se assenta em tais bases, promove, além de crescimento econômico, bem-estar social, liberdade, cidadania e integração nacional.

Diante das colocações dos estruturalistas sobre o desenvolvimento econômico de um país, ou determinada região, Adelman (1972), considera que o processo que gera e mantém um grau de desenvolvimento, é aquele no qual existe uma baixa diferença na taxa per capita, com a manutenção desses níveis, gerando condições para que essa relação se mantenha estável no crescimento de longo prazo. Souza (1997), também defende que, para se considerar o desenvolvimento, deverá existir um crescimento contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, com mudanças estruturais e melhoria dos indicadores econômicos e sociais.

Nesse sentido, Souza (2009) ressalta a necessidade se analisar a corrente de pensamento estruturalista, para o desenvolvimento, a qual defende que para se promover o desenvolvimento econômico é necessário haver mudanças de estruturas econômicas e políticas, sociais, políticas e institucionais, com a melhoria da produtividade e da renda média da população. A fim de se reduzir as desigualdades sociais e aumentar o bem-estar da população.

Na visão de Furtado (2009), além do fator renda e renda per capita, existem outras variáveis necessárias para levar ao desenvolvimento de uma região ou país:

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real per capita) introduzindo novas técnicas. O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e progressos na aplicação de tecnológica desses conhecimentos. (FURTADO, 1961, p. 85).

Considerando as visões neoclássicas e estruturalistas sobre o termo desenvolvimento econômico, pode-se observar que, o fator renda é essencial para o crescimento de uma economia, podendo gerar excedente para posteriormente serem investidos no

desenvolvimento social de uma região ou país. Para termos uma ideia do que pode ser considerado relevante para o desenvolvimento humano, é necessário entender de que forma esse processo acontece. De acordo com Souza (2009), a renda per capita é fundamental para melhorar os indicadores sociais, como saúde, educação, alimentação e expectativa de vida.

Em economias monetizadas, para se promover o desenvolvimento Humano, o desenvolvimento econômico se torna fundamental, pois serve de base para a promoção do aumento do bem-estar da população. No que se refere a variável renda, tem-se uma visão geral de que o indivíduo inserido na sociedade, necessita de uma determinada renda para participar ativamente do convívio igualitário, com todas as condições de consumo e utilização dos recursos oferecidos para o seu desenvolvimento.

### **2.1.2 Teoria do Desenvolvimento Econômico**

Ao discutir o desenvolvimento econômico, é importante analisar de que forma ele surge, quais são as etapas e como esse processo pode ser mantido ao longo do tempo. A teoria do desenvolvimento econômico desenvolvida por Walt Whitman Rostow, economista americano nascido na Prússia em 1916, mostra a história do desenvolvimento econômico, como o objetivo de apresentar uma alternativa à teoria marxista sobre os rumos da economia. Suas ideias foram expostas no livro "Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista". Diante do exposto, Rostow (1978), narra que o processo de desenvolvimento passa por cinco etapas.

Para Rostow (1978), a primeira etapa para o desenvolvimento surge na Sociedade Tradicional:

[...] Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico. Newton é aqui tomado como símbolo daquele divisor de águas da história após o qual os homens passaram a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas quantas leis cognoscíveis e que era suscetível de manipulação produtiva sistemática. (ROSTOW, 1978, p. 15).

Ainda sobre o modo de produção na primeira etapa do desenvolvimento, Rostow (2013), explica ainda:

Falando de modo geral, essas sociedades, devido à limitação de sua produtividade tinha de dedicar uma proporção extremamente elevada de seus recursos à agricultura; desse sistema agrícola originava-se uma estrutura social hierarquizada com âmbito relativamente reduzido – mas sempre havendo algum – para a mobilidade vertical. Os vínculos de família e clã exerciam importante papel na organização social. O sistema de valores dessas sociedades estava sincronizado geralmente com o que poderíamos chamar de fatalismo a longo prazo; ou seja, com

a suposição de que a gama de possibilidades abertas para os netos da gente seria a mesma que existia para nossos avós,[...] (ROSTOW, 1978, p. 17).

A luz de Rostow (2013) é muito importante o rompimento da primeira etapa, pois assim é possível ter condições para o arranco do desenvolvimento econômico. Nessa fase, a sociedade deixa os hábitos de produção tradicional, dando espaço a aplicação de técnicas na produção agrícola e industrial, o que amplia a produção.

As precondições para o arranco se desenvolveram pela primeira vez de forma bem acentuada na Europa ocidental do fim do século XVII e início do XVIII, à medida que as concepções da ciência moderna principiaram a se converter em novas funções de produção, tanto da agricultura quanto da indústria, num ambiente dinamizado pela expansão paralela dos mercados mundiais e pela concorrência internacional por esses. Não obstante, tudo que se oculta por trás da decomposição da Idade Média diz respeito à criação das precondições para o arranco na Europa ocidental. Entre os Estados do Oeste da Europa, a Grã-Bretanha, favorecida pela geografia, pelos recursos naturais, pelas possibilidades comerciais, pela estrutura social e política, foi a primeira a se desenvolver amplamente tais condições prévias. (ROSTOW, 1978, p. 18-19).

Após a superação dessas pré-condições, Rostow (1978), afirma que o arranque começa a aparecer, pois elas representam uma barreira para o desenvolvimento econômico. Diante disso, surgem a tecnologia na agricultura, o que faz com que os produtores possam a ter um aumento no capital e investir cada vez na produção. O autor afirma que essa é a fase que pode ser considerada normal e estável para manter o processo do desenvolvimento.

Durante o período do arranco, a taxa real de investimentos e poupança pode subir digamos de 5% da renda nacional para 10% ou mais; sem embargo onde era necessário um maciço investimento de capital social fixo para criar precondições técnicas para o arranco a taxa de investimento na fase das precondições podia ser superior a 5% como, por exemplo, no Canadá antes de 1890 e na Argentina antes de 1914. Em casos assim, os capitais importados geralmente representam alta proporção do investimento total no período das precondições e, às vezes, até mesmo durante o próprio arranco como na Rússia e no Canadá durante seus surtos ferroviários anteriores a 1914. (ROSTOW, 1978, p. 20-21).

Ainda sobre a terceira fase do processo de desenvolvimento econômico ROSTOW, (1978, p. 21), diz que:

No decurso do arranco novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças a necessidade aceleradamente crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas. Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados. ROSTOW, (1978, p. 21)

Para o autor, a marcha para a maturidade vem em quarto lugar. Nessa fase, o crescimento da produção já conta com a tecnologia e deixa de ser um problema, pois passa a ser maior que o crescimento demográfico.

Podemos definir a marcha da maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para observar e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles – os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões e organizações para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. Pode carecer (como a Suécia e a Suíça contemporâneas, por exemplo) das matérias-primas ou de outros fatores de suprimentos necessários para produzir economicamente um determinado tipo de produção; sua dependência, todavia é antes uma questão de opção econômica ou de prioridade política do que uma carência tecnológica ou institucional. (ROSTOW, 1978, p. 22-23).

Já a quinta etapa, surge na era do consumo em massa, pois a produção já alcançou níveis altos e surgem os excedentes. Nessa etapa, a população é mais urbana e a demanda é por bens duráveis. Nessa fase também se abre as preocupações com o bem-estar social.

Além dessas transformações econômicas, a sociedade deixou de aceitar a ulterior expansão da tecnologia moderna como objetivo supremo. É nessa etapa pós-maturidade, por exemplo, que as sociedades ocidentais, mediante processos políticos, decidiram atribuir recursos cada vez maiores à assistência social. O surto do Estado de Bem-estar (*welfarestate*) é uma manifestação de uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica; mas também é nessa etapa que os recursos tendem cada vez mais a ser dirigidos para a produção de artigos de consumo durável e à difusão de serviços em massa, caso predomine a soberania dos consumidores. A máquina de costura, a bicicleta e, posteriormente, os vários utensílios domésticos elétricos foram gradativamente disseminados. Historicamente, contudo, o elemento decisivo foi o automóvel barato produzido em série com seus efeitos bastante revolucionários – tantos sociais como econômicos – sobre a vida e as expectativas da sociedade. (ROSTOW, 1978, p. 24).

Na análise de Rostow sobre as cinco etapas do desenvolvimento econômico têm como objetivo explicar que com o auxílio da tecnologia o processo de produção passa a ser primordial para a expansão da produtividade. Com a possibilidade de expansão da produção e rompimento com todas as etapas que limitam o desenvolvimento, chega-se a fase da maturidade, onde já sobra espaço para as pessoas se preocuparem com o bem-estar social.

### **2.1.3 Construção do Conceito de Desenvolvimento Humano**

Com os problemas gerados pós-segunda guerra mundial, no século XX os países envolvidos no conflito ficaram muito devastados, com perda de estrutura básica para a retomada da produção de bens de consumo interno, exportação, e investimento na área social. Diante disso, os economistas passaram a formular teorias e modelos para identificar os fatores de que propiciariam o crescimento e o desenvolvimento nos países.

Essas mudanças se basearam na teoria Keynesiana, sendo essa, a corrente de pensamento econômico que mais se destacou desde o início do século XX e ainda é muito

utilizada nos dias atuais. Foi formulada durante a crise de 1929 pelo economista inglês John Maynard Keynes, que criou uma hipótese de que o Estado deveria interferir ativamente na economia, regulando o mercado de capitais, criando empregos e promovendo obras de infraestrutura e fabricando bens de capital. Essas ações caracterizaram-se por serem de curto-prazo enquanto economistas reconheciam um desenvolvimento econômico quando taxas como a da produção nacional mostrassem tendência ascendente a longo-prazo.

A luz de Villarreal (1984), a Teoria Keynesiana defende a participação do estado na economia, para fazer as medidas necessárias para o equilíbrio dos níveis de emprego e produção. Nesse sentido, o autor explica que a partir do surgimento do keynesianismo, a participação do estado na economia passou a ser mais efetivo no mundo todo, passando a se destacar frente a teoria neoclássica. Isso se deu devido ao sucesso da implantação dessas ideias para a recuperação dos países no pós-guerra, o que possibilitou o início do desenvolvimento sustentável.

Ainda para Villarreal (1984), Keynes fazia críticas às teorias utilizadas até a crise de 1929, que colocavam as preferências individuais como parte principal para o sucesso do equilíbrio da economia. Mas para Keynes, a lei da oferta e procura não era o bastante para se chegar ao equilíbrio, afirmando que a participação do estado era fundamental para essa regulação.

Ainda sobre as críticas de Keynes a teoria neoclássica Villarreal (1984, p.68), explica que:

Keynes também questionava os postulados liberais, que tiveram como grande mentor o economista escocês Adam Smith. O modelo liberal de Smith sofreu grandes alterações ao longo do século XX, porém suas bases e concepções serviram de eixo para o aparecimento do modelo Neoliberal. Keynes não acreditava na livre economia de mercado, e afirmava que esse modelo de capitalismo não garantiria o equilíbrio do pleno emprego. A tese de Keynes era a de afirmar que o Estado deveria intervir na economia de mercado, com o fim de diminuir o desemprego involuntário e aumentar a produção. (VILLAREAL, 1984, p.68)

A respeito da teoria Keynesiana, a qual defende a importância do estado como regulador na busca do equilíbrio do mercado, Haddad (2008, p.7), explica que:

Com economias devastadas pela segunda guerra mundial e com o rompimento do modelo econômico clássico para o modelo Keynesiano, a preocupação com o pós-guerra, e as possíveis crises globais e o estabelecimento de uma nova ordem mundial, trouxeram à tona a discussão para a criação de organismos internacionais que pudessem de alguma forma, regular as atividades econômicas dos países, oferecendo-lhes auxílio técnico ou financiamentos para reconstrução dos países afetados pela guerra. E foi em 1944, na conferência de Breton Woods, que se estabeleceu a criação de duas instituições financeiras de ordem global, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). No campo econômico, pela primeira vez, um sistema de regras públicas foi adotado para disciplinar as relações financeiras entre os diversos países. (HADDAD, 2008, p.7)

Diante disso, Silva (2002), dispõe que John Maynard Keynes, teve o papel fundamental para a implantação do banco que tivesse a missão de cumprir com ações necessárias para o desenvolvimento dos países assolados pela guerra e também naqueles que necessitavam de recursos para a promoção do seu crescimento de desenvolvimento econômico.

Sobre as iniciativas que Keynes propôs para a promoção do desenvolvimento da economia desses países, Filho (2006, p. 229), destaca que:

Keynes [...] sugere a arquitetura de uma nova ordem econômica mundial articulada sobre a égide de um Banco Central internacional, Clearing Revista HISTEDBR On-line Artigo Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.44, p. 92-106, dez2011 - ISSN: 1676-2584 95 Union, emissor de uma moeda de conversabilidade internacional autônoma, denominada Bancor. Segundo Keynes o Banco Central internacional deveria ser capaz de (i) expandir a demanda efetiva global, (ii) prover um mecanismo que restaurasse, autonomamente, os equilíbrios de balanço de pagamentos dos países,<sup>19</sup> (iii) estabelecer controles sobre os movimentos de capitais, essencialmente de portfólio, e (iv) manter estável, seja pela rigidez relativa das taxas de câmbio, seja pela regulação da oferta monetária, a moeda de liquidez internacional.(FILHO, 2006, p. 229).

Essas instituições criadas para auxiliar no desenvolvimento, tinham papéis importantes e distintos, na visão de Haddad (2008), o BIRD tem a função de ajudar os países membros a se reerguerem economicamente depois da segunda guerra, já ao FMI ficou reservado o controle e a gerência do sistema monetário internacional para zelar pela estabilidade econômica desses países.

Conforme explica Soares (1996), a criação do BIRD e FMI, foi essencial para a retomada do crescimento dos países no pós-guerra. Esses países que sofreram com as limitações por conta da guerra, passaram a ter a possibilidade de retomada do crescimento com o auxílio dessas instituições, o que possibilitou uma ajuda na análise de políticas sociais e outras questões importantes para manter um processo de crescimento sustentável

Em relação a esse novo método de desenvolvimento proposto no pós-guerra, Veiga (2005) afirma que na década de 1950, constatou-se que o intenso crescimento ocorrido nas nações industrializadas não se traduziu necessariamente em desenvolvimento e as disparidades entre os países só aumentavam. Comungando com o pensamento de Veiga (2005), o autor Celso Furtado (1972), explica que as formas de divisão do trabalho estabelecidas no final do século XIX, “reservava para os centros dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico” restando para as economias estagnadas “a assimilação dos novos procedimentos técnicos”. Uma vertente que avançou

muito sobre os problemas do desenvolvimento foram os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL<sup>1</sup>.

Nas palavras de Souza (2009), o subdesenvolvimento contemporâneo surge no pacto colonial e é derivado do pensamento mercantilista. Nas palavras do autor, a abordagem do desenvolvimento como problema surgiu como preocupação das crises econômicas do século XIX, que salientou os desníveis entre nações ricas e pobres. Mas foi na depressão dos anos de 1930 onde se acentuou o problema do desemprego, momento em que se tornou mais premente a ação estatal, a fim de promover estímulos à economia, por meio de investimentos e políticas, racionalizadas especialmente pela macroeconomia Keynesiana.

Williamson (1989) destaca, que para as nações subdesenvolvidas pudessem de fato alcançar o desenvolvimento seria necessário organizar a produção em diversos tipos de indústria. Destacando, que a ideia de crescimento equilibrado foi desenvolvida por Paul Rosenstein-Rodan e Ragnar Nurkse. Estes economistas afirmavam a necessidade de um crescimento equilibrado de muitos campos da economia, a fim de ampliar o poder aquisitivo e criar demanda para os setores em expansão. Apesar da coerência, o avanço em um campo amplo atrasa economias de escala e ganhos de produção, que poderiam ser alcançados pela abertura da economia ao exterior.

No pensamento de Williamson (1989), as economias desenvolvem as exportações de bens cujos setores possuem vantagem comparativa, por meio da exportação de produtos tradicionais ou desenvolvimento de novos setores. Existe ainda outra possibilidade que é a substituição de importações, onde são criadas barreiras eliminando importações de bens que podem ser produzidos internamente, o que dominou os debates sobre as estratégias de desenvolvimento iniciados na década de 1940. Ainda que o crescimento da exportação de produtos manufaturados fosse o padrão típico do século XIX, não foi o único, como afirma Williamson (1989, p. 244):

A estratégia de substituição de importações promovida pela proteção adquiriu importância renovada no período entre guerras. Devido ao retorno do protecionismo por parte dos países desenvolvidos, sobretudo depois de iniciada a Grande Depressão de 1929, a opção de expansão das exportações estava quase impossível, a não ser para países que tinham petróleo para exportar. Williamson (1989, p. 244)

Souza (2009) infere que o processo de substituição regional de importações buscou incentivar a implantação de indústrias na região para produzir produtos antes importados.

---

<sup>1</sup> CEPAL. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Esse método foi utilizado de forma indiscriminada provocando efeitos momentâneos de aceleração ou retardamento do processo de industrialização e desenvolvimento. Para minimizar esses efeitos, privilegia-se a implantação de indústrias que vendam insumos, de forma que estas possam atrair outras atividades.

Nas palavras de Baran (1964), existe uma relação de dominância no processo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde o desenvolvimento almejado pelas nações subdesenvolvidas é intensamente contrário aos interesses dos países dominantes, visto que estas nações suprem os países industrializados com matérias-primas indispensáveis ao sustento de grandes empresas. Essa procura pelo desenvolvimento se constatou principalmente quando as nações dependentes e coloniais se manifestaram por meio do sistema revolucionário de libertação nacional, amparado e estruturado internacionalmente contra a ordem do capitalismo e do imperialismo vigente. Diante disso, Veiga (2005) afirma que a pretensão de livre determinação não foi seguida da prosperidade econômica e do progresso científico e tecnológico, visto que a demanda mundial de produtos de alta tecnologia cresceu mais que o aumento da demanda de produtos com baixo grau de transformação.

Nesse sentido, Williamson (1989), aponta que apesar da resistência das nações desenvolvidas, o debate foi dominado pelos que defendiam a substituição das importações, tendo como expoente o economista argentino Raul Prebisch, da CEPAL. Os argumentos partiram da comprovação de que a expansão de vários setores da economia era inviável, sendo necessário importar bens de capital e insumos para alavancar a produção interna e ganhar mercados. Nesse caso, seria imprescindível a aquisição de divisas, conseguidas por meio das exportações de produtos primários. Exportar outros produtos não tradicionais também era inviável por conta da falta de vantagem comparativa, duramente criticada pela CEPAL.

A importância da teoria keynesiana na promoção de ações para o acesso ao desenvolvimento econômico por parte das nações passou a ser mais reconhecida, quando a ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), começou a divulgar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este passou a ser afirmado mundialmente e alterou de forma significativa os entendimentos até então construídos sobre as questões relacionadas a promoção do desenvolvimento. Dessa forma, Veiga (2005), destaca que a partir desse momento, o crescimento passou a ser entendido como uma condição necessária para o desenvolvimento, porém não suficiente para isso.

Sobre as questões relacionadas à promoção do desenvolvimento, Kuznets (1986), nos trás a primeira ajuda significativa a discutir a relação entre crescimento e desenvolvimento e

seus impactos na distribuição de renda. Também foi de suma relevância a colaboração de Simon Kuznets (1901-1985), que criou a ideia de que a desigualdade de renda tendia a aumentar nas fases iniciais da industrialização em um país, vindo a ocorrer o inverso, quando o país alcançasse o desenvolvimento. Esse pensamento passou a ser conhecido como “Curva de Kuznets”<sup>2</sup>. De acordo com Veiga (2005), essa foi a base científica para a ideia de “crescer o bolo e depois reparti-lo”. Apesar de alguns estudos confirmarem essa hipótese, os dados acerca da distribuição de renda em 1954 eram precários, e, após estudos mais concretos do Banco Mundial, verificou-se que os padrões de distribuição de renda eram dos mais heterogêneos.

Nas palavras de Souza (2009), não existe ainda um significado universalmente aceito de desenvolvimento. Mas para grande parte dos economistas do desenvolvimento entendem que este se configura em “mudança de estruturas econômicas, políticas, sociais e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população”, ou seja, mudanças que comumente abarcam indicadores qualitativos. Uma visão mais completa de desenvolvimento passa a incluir a questão ambiental, definindo-se, portanto, pela “existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estrutura e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais”.

Para o economista Amartya Sen, o termo desenvolvimento pode ser definido como um “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 18). Para Sen (2000), o desenvolvimento é avaliado pela expansão das liberdades dos indivíduos da sociedade, de modo que há outros determinantes, além da expansão do produto, renda, inovação tecnológica e modernização das estruturas sociais, tais como acesso aos serviços de educação, saúde e participação política nas decisões públicas. Dessa forma, o desenvolvimento requer o rompimento das principais fontes de privação de diferentes liberdades, políticas, econômicas e sociais que privam o ser humano de participar do processo de desenvolvimento.

Sua ausência relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação da liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e

---

<sup>2</sup>A curva de Kuznets passou a ser referência para explicar a relação de como a poluição ambiental em suas várias formas evolui em razão do crescimento econômico.

de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000, p.18).

Com base nas afirmações de Sen (2000), sobre o que é necessário para se chegar ao desenvolvimento econômico e humano, percebe-se quão grande é o desafio, pois são muitos critérios que devem ser levados em conta na avaliação desse processo, pois para chegar principalmente ao desenvolvimento humano, as questões políticas, de privação de liberdade e a democracia estão diretamente ligadas e fazem parte das questões que levam ao pleno desenvolvimento de um indivíduo e uma nação.

Nesse sentido, Amartya Sen, destaca na sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, que a renda é fundamental para tornar um indivíduo com as suas plenas capacidades, pois ela o dará condições básicas para conquistar em primeiro lugar bens e serviços básicos para a sua sobrevivência e as condições para ser inserido de uma forma mais igualitária dentro de uma sociedade capitalista. Diante disso, destaca ainda que os cinco tipos distintos de liberdade vistos de uma perspectiva instrumental, são: 1) liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora. De acordo com o autor, no que tange ao aspecto de promover ao indivíduo um acesso maior e igualitário no mercado, o rompimento dessas privações é fundamental para dar a ele a liberdade plena de poder participar igualitariamente no mercado e poder usufruir e buscar cada vez mais a melhoria na sua qualidade de vida.

## 2.2. POBREZA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO.

Diante das colocações de Sen (2000), as privações das liberdades, este trabalho tem um enfoque nos problemas que travam a possibilidade do indivíduo obter um grau de desenvolvimento humano, dessa forma é indispensável realizar um estudo sobre o conceito de pobreza para se verificar de que forma esse problema pode ser solucionado para deixar de interferir na liberdade do indivíduo.

Diante disso, é necessário conceituar a pobreza, que de acordo com Sandroni (1999), depois dos anos 80, que a pobreza começou a ser analisada como forma de privação relativa de liberdade. Dessa forma, o termo pobreza começou a ter uma abordagem mais ampla e rígida, o que possibilitou estudos no âmbito internacional sobre os aspectos sociais.

Estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistências de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. O problema está ligado à capacidade produtiva da sociedade, embora atinja até mesmo camadas sociais marginalizadas de países mais intensamente nos países subdesenvolvidos. A pobreza manifesta-se mais intensamente nos países

subdesenvolvidos. Em 1980, de acordo com a ONU, 114 países do Terceiro Mundo produziam apenas cerca de 10% do produto mundial, e cerca de 2 bilhões de pessoas vivam em miséria extrema com renda anual inferior a US\$ 200,00. (SANDRONI, 1999, p. 476).

De acordo com Sen (2000), “a pobreza está diretamente ligada à privação das capacidades fundamentais de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Por “capacidade” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização”. Nesse sentido, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de conseguir combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida múltiplos.

Ainda sobre as questões relacionadas à pobreza, Sen (2000), afirma que uma pessoa que tem renda rompe com a barreira de privação, pois pode optar em ser bem nutrido, algo quase impossível para quem não possui renda para adquirir alimentos, permanecendo assim com uma restrição ao que podemos considerar o básico para um indivíduo se manter em pé e ter condições para manter o pleno funcionamento do organismo. Diante dessas colocações, Sen (2000), faz um alerta sobre a necessidade de se romper com essa barreira quando afirma que o indivíduo precisa ser adequadamente nutrido, livre de doenças evitáveis, para ter condições de participar da vida da comunidade e ter respeito próprio.

Nas palavras de Crespo e Gurovit (2002), a idade passa a ser um fator importante na análise dos problemas ligados a pobreza:

A relação entre renda e capacidade é demasiadamente afetada pela idade da pessoa (necessidades específicas dos idosos e muito jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades da maternidade e também as obrigações familiares determinadas culturalmente), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado. (CRESPO E GUROVIT, 2002, p. 6).

Nesse sentido, Crespo e Gurovit (2002), explicam ainda que, esses problemas devem ser levados em consideração para o planejamento de políticas públicas, pois fatores como a idade, incapacidade ou doença, reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Além disso, também tornam mais difícil converter renda em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (para assistência, próteses, tratamentos) para conseguir os mesmos funcionamentos. Isso alude, que a pobreza real (no que se refere à privação de capacidades) pode ser mais viva do que possa parecer no espaço da renda.

Os problemas relacionados à pobreza vão, além disso, impactar também em outros fatores como nas questões relacionadas a posições dentro de uma sociedade ou mesmo na divisão de força e poder dentro do núcleo familiar. Nesses casos, Sen (2000), afirma que quando existe a má distribuição de renda dentro da família, isso pode gerar complicações adicionais, um exemplo disso ocorre nos casos onde a renda familiar é utilizada por alguns membros da família em prejuízo de outros, como ocorre em algumas culturas onde os meninos são mais beneficiados do que as meninas, nesses casos o grau de privação dos membros negligenciados (no exemplo em questão, às meninas) pode não ser evidenciado pela renda familiar. A privação das meninas é mais facilmente constatada quando se verifica a privação de capacidades (mortalidade, morbidez, subnutrição, negligência médica, mais elevada) em oposição ao uso da análise baseada na renda.

Diante de todos os problemas que levam o indivíduo a ser considerado pobre, na análise de Sen (2000), é possível verificar que a pobreza precisa ser entendida como a privação das necessidades básicas que uma pessoa pode ter. Tornando-a incapaz de tentar se inserir no mercado, para ser capaz de conseguir ter uma renda, que possa ser no mínimo básica para garantir a sua sobrevivência. Nesse sentido, o autor afirma a necessidade de promover ao indivíduo as condições para obter a expansão das capacidades humanas, pois servem de base para romper com a privação e poder ser capaz de sair desse quadro de pobreza. Visto isso, não se pode deixar de lado a ideia de que o aumento das capacidades humanas é fundamental para promover a expansão das produtividades e do poder de conquistar a renda. Portanto, o aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida das pessoas e a tornar as privações humanas cada vez menores menos recorrentes.

### 2.3. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Ao analisar as diversas correntes de pensamentos sobre o desenvolvimento econômico, pode-se observar que as variáveis saúde, educação, renda e expectativa de vida, são levados em conta na medição do nível de desenvolvimento de uma região ou país. Para Sen (2010), a renda torna-se um fator primordial para o acesso aos outros recursos, para que possam ser medidos a fim de fazer um retrato do nível de desenvolvimento e ser levados em consideração para as tomadas de decisões por parte dos governantes.

De acordo com a PNUD, (2003) a preocupação de se estabelecer um grau de desenvolvimento maior e a redução das desigualdades sociais, proporcionou a criação do Índice de Desenvolvimento Humano em 1990, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O índice foi idealizado por MahbubulHaq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. O índice integra na sua medição: esperança de vida ao nascer; taxas de alfabetização de adultos combinada com a taxa de matrícula escolar nos três níveis de ensino; e o PIB per capita. Com isso, as Nações Unidas tiveram a preocupação de informar aos governantes de diversos países, que um país rico, não é necessariamente desenvolvido. Nos dias atuais, o IDH é a melhor forma de medir o desenvolvimento humano, sendo a mais conhecida e utilizada em todo o mundo (TORRES, FERREIRA, & DINI, 2003).

A partir do sucesso do IDH, as Nações Unidas, sinalizaram aos governantes de diversos países e regiões a proposição de que buscar crescimento não é sinônimo de exclusivo de fazer aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) ou a renda per capita e passamos a observar o comportamento dos governantes traduzindo suas metas no aumento do IDH do seu país, região ou município. (BISPO, 2009, p. 13).

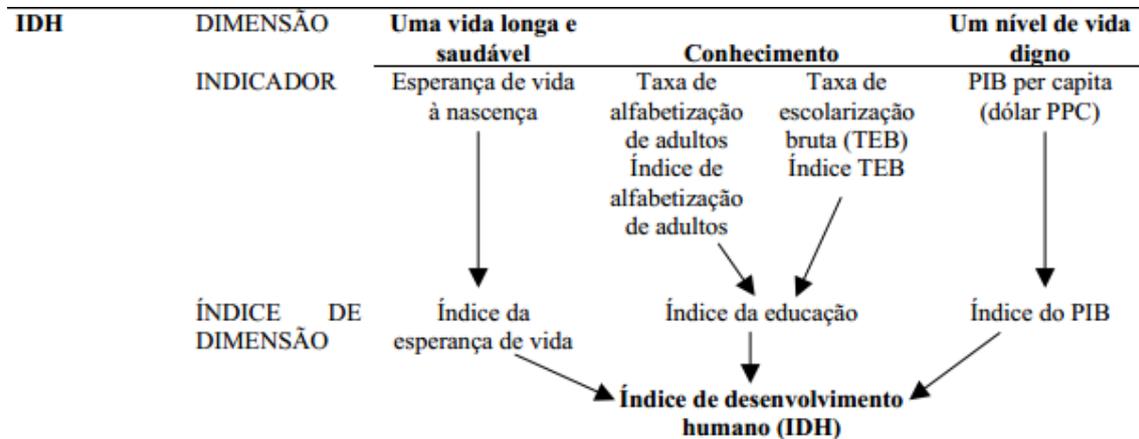
Com as observações das Nações Unidas sobre de que forma seria possível aumentar o nível de desenvolvimento de um país, o PUND é responsável pela metodologia de cálculo do IDH, que mostra de forma detalhada como as variáveis educação, renda e saúde são calculadas, informando o peso e importância de cada uma.

### **2.3.1 Metodologias de Cálculo do IDH**

Para o PNUD (2013), antes de calcular o próprio IDH, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões Educação, Longevidade e Renda. Para o cálculo destes indicadores de dimensão — índices de esperança de vida, educação e PIB — são escolhidos valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário. O desempenho em cada indicador varia de zero (valor mínimo) a 1 (valor máximo). Para o IDH final, calcula-se a média simples dos índices de dimensão. No entanto, ao aplicar a metodologia de cálculo do IDH ao nível municipal, criando assim o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), são necessárias algumas adaptações. As alterações ocorreram nos índices das dimensões de renda e educação. Na dimensão da longevidade, a metodologia é idêntica à do IDH global.

Com a criação do método de medição do IDH, atualmente, de acordo com a PNUD (2003), os três pilares que constituem o IDH são: longevidade, educação e renda. A forma de mensuração é obtida de acordo com a PNUD da seguinte forma como ilustra a figura 01:

**Figura 01 – Diagrama de medição do IDH**



Fonte: SEPLAN-RR, Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial – CGPTERR. (2013)

No cálculo do IDH o, PIB per capita é corrigido para exprimir a paridade do poder de compra e da moeda, a fim de se permitir maior aproximação do real poder aquisitivo da unidade monetária de cada país. Para Romão (1993), não é necessário muitos recursos financeiros para um indivíduo assegurar um padrão de vida decente, uma forma de levar esse aspecto em consideração foi logaritmar o PIB per capita real, posto que tal expediente reduza, relativamente, o efeito dos produtos ou rendas elevados (ao mesmo tempo em que amplia o efeito dos produtos ou rendas baixos) sobre a formação do IDH, o que dota esse indicador de uma propriedade adicional importante, que é o de refletir rendimentos decrescentes na transformação da renda em satisfação das necessidades humanas básicas.

De acordo com Bispo (2012), esses itens são transformados em um denominador comum ao se medir a distância entre os melhores e piores executores e ao se produzir uma graduação de países. No caso dessa variável, será atribuído um valor mínimo e um valor adequado ou desejado.

Ainda sobre o cálculo da renda, Bispo (2012), afirma que depois de estabelecer os indicadores para cada dimensão, é preciso transformá-los em índices cujos valores variem entre zero e um, para que valores maiores sirvam como um balizador para uma condição de vida e vice-versa. Mas para que isso seja possível, é importante identificar o pior e o melhor valor possível de cada indicador, conforme mostra a tabela 1, que apresenta as balizas utilizadas para o cálculo do IDH dos países em 2005.

**Tabela 1: Balizas para o cálculo do IDH para os países em 2005.**

INDICADOR	VALOR MÁXIMO	VALOR MÍNIMO
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (em U\$\$ PPC)	40.000	100

Fonte: BISPO, 2012, p 28.

De acordo com Bispo (2012), para que os indicadores possam ser combinados em um só índice, é preciso transformá-los em índices. Portanto, é efetuado o cálculo da medida de eficiência ou carência para cada um dos indicadores. Dessa forma temos que:  $I_{ij}$  significa a medida de carência do país  $j$  com respeito ao indicador  $i$ , como está demonstrado na fórmula abaixo:

$$I_{ij} = \frac{\max X_i - X_{ij}}{\max X_i - \min X_i}, \text{ onde } X_i \text{ corresponde ao indicador } i.$$

A fórmula acima explica que para encontrar o índice comum, calcula-se em seguida a média aritmética simples das medidas de carências obtidas acima e, finalmente, chega-se ao IDH, subtraindo este resultado de um.

Bispo (2012), explica ainda que, o IDH varia de zero a um, conforme a tabela 1. Diante disso, é possível observar que em até o ano de 2006, para país o resultado do IDH igual a zero, seria necessário obter os seguintes valores: 25 anos de esperança de vida ao nascer, 0% de taxa de alfabetização, 0% de taxa de escolarização bruta combinada e um PIB per capita ajustado pelo poder de compra de U\$ 100. Dessa forma, o lado positivo considerado o máximo do índice ocorre quando um país apresenta uma taxa de alfabetização de adultos de 100%, taxa de escolarização bruta combinada de 100%, esperança de vida ao nascer de 85 anos e um PIB per capita ajustado de U\$ 40.000, nesse caso tendo um resultado de 1 (um) para o IDH.

Além da análise do cálculo do índice renda, outro fator que entra no cálculo do IDH é a longevidade, que reflete uma vida longa e saudável. Nesse índice, são sintetizadas as condições sociais de saúde de uma população, onde são consideradas as taxas de mortalidade em suas diferentes faixas etárias, conforme no item seguinte.

### 2.3.1.1 Dimensão Longevidade

De acordo com o PNUD (2003), no que se refere à saúde, o índice classifica como importante ter uma vida longa e saudável, ou seja, a longevidade é medida pela expectativa de vida: Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena.

A promoção do desenvolvimento humano requer, em primeiro lugar, que sejam garantidas às pessoas oportunidades reais de viver uma vida longa e saudável. Essas garantias incluem a criação e a manutenção de um ambiente saudável, e o acesso a tratamentos de saúde de qualidade, evitando a exposição a doenças. No IDHM, uma vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir de tábuas de sobrevivência padrão, que consideram informações disponíveis de registros, bem como dos Censos Demográficos. (ATLAS, 2013, p. 47).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, desde 1970, as tabulações dos Censos Demográficos permitem a utilização da técnica de Brass de estimação, ao fornecer as informações necessárias para o cálculo dos indicadores de fecundidade.

A técnica de fecundidade de Brass trabalha com dois pressupostos básicos: erro de “período de referência” não seletivo em relação à idade das mães e presença de erro de memória apenas na declaração de mulheres mais velhas, isto é, a partir de 30 ou 35 anos. Não há como testar, pelo menos de uma maneira simples, a exatidão destes pressupostos, e são geralmente aceitos como verdadeiros. (CARVALHO, 1982, p. 541).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), a importância da dimensão Saúde se dá, pois:

A expectativa de vida ao nascer indica o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões verificados no ano de referência. O indicador sintetiza o nível de mortalidade e os riscos de morte que podem atingir a população dos municípios e reflete com bastante aproximação as condições socioeconômicas da população. Também contribui para avaliar a tendência da dinâmica demográfica. O aumento no IDHM Longevidade pode sugerir uma melhoria das condições de vida e de acesso a serviços de saúde da população. No Brasil, também está diretamente associado às substanciais quedas da fecundidade e da mortalidade infantil. (ATLAS, 2013, p. 47).

A fórmula de cálculo do índice longevidade é explicada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), da seguinte forma:

$$I = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$$

Diante disso, temos os valores máximos e mínimos são estabelecidos conforme a tabela abaixo:

Tabela 2. Valores para o cálculo da Longevidade

<b>Máximo</b>	<b>Mínimo</b>
85 anos	25 anos

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do Atlas (2013)

Conforme a fórmula de cálculo da longevidade, no sítio do Atlas temos o seguinte exemplo. “Se um município, UF, região metropolitana ou UDH tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM Longevidade será:  $(70 - 25) / (85 - 25) = 45 / 60 \Rightarrow$  IDHM Longevidade = 0,750”. (ATLAS, 2013)

Onde 0,750, será o valor do índice correspondente a dimensão longevidade, que será somada com os outros dois índices dividido por três na fórmula geral do IDH. O valor é considerado como grau de médio desenvolvimento, tendo em vista que o IDH varia de zero (0) a um (1).

### 2.3.1.2 Dimensão Educação

A segunda dimensão do IDH é medida pelo índice educacional da população. O Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), explica a importância da análise desse índice:

O acesso a conhecimento é fundamental para expandir as escolhas das pessoas. É assim determinante para o bem-estar e essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima. No IDHM, acesso a conhecimento é medido pela composição de dois subíndices. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental – 6º ao 9º ano –, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. (ATLAS, 2013, p 61).

Ainda sobre as questões relacionadas a essa dimensão, o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), expõe que:

A escolaridade da população adulta reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira deveria ter completado, ao menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional. O fluxo escolar da população jovem acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação – entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental, e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. (ATLAS, 2013, p 61).

De acordo com as informações do sítio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), para o cálculo dessa dimensão, são levados em conta a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. Nesse sentido, explica que:

A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; (2) do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. (ATLAS, 2013, S. .p)

De acordo com o Atlas (2013), no que se refere à escolaridade da população adulta, os dados podem revelar se o sistema educacional está no seu correto funcionamento e se as pessoas adultas passaram pelas etapas da educação básica.

Os indicadores do fluxo escolar da população jovem acompanham a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação: entrada no sistema educacional; finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental (neste caso, é captado somente o ensino regular); e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Os indicadores medem a adequação idade-série desse fluxo, pressupondo que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam já estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas. (ATLAS, 2013, S. .p)

Sobre o acesso aos dados, o Atlas (2013), explica que a coleta é feita pelo Censo Demográfico do IBGE, e que existem algumas limitações nesse processo:

A medida da educação da população jovem não inclui toda a população em idade escolar e frequentando a escola, captando apenas determinados momentos da passagem da população jovem pelo sistema educacional. Além disso, no caso do indicador que envolve definição de série, “anos finais do fundamental”, capta apenas o ensino regular. Também adota, por questões amostrais e estatísticas, faixas etárias ampliadas daquela faixa etária ideal: 12 anos nos anos finais do fundamental, 16 anos com ensino fundamental completo, e 19 anos com ensino médio completo. A medida da educação da população adulta limita a avaliação desta população àqueles que completaram o ensino fundamental, não incluindo aqueles que tiveram alguma passagem pelo sistema educacional sem completar ciclos. Também pressupõe como suficiente o ensino fundamental completo, quando já se considera como básico o ensino médio completo. (ATLAS, 2013, S. .p)

Em relação aos pesos dessas duas variáveis, o Atlas (2013), informa que existem dois tipos de pesos para o cálculo da dimensão educação, para a escolaridade da população adulta o peso é 1, e para o fluxo escolar da população jovem o peso é 2.

O Atlas (2013) dispõe sobre os Indicadores de suporte à análise da dimensão Educação do IDHM:

Além dos cinco indicadores que compõem o IDHM Educação, o Atlas Brasil apresenta outros indicadores, que permitem uma visão mais completa e detalhada da situação local nesta dimensão, abordando, para faixas etárias diferenciadas, os temas: analfabetismo, grau de escolaridade (fundamental completo, médio completo, superior completo) e frequência escolar (frequência bruta, líquida, atraso escolar). O Atlas também apresenta o indicador Expectativa de anos de estudo, que é uma adaptação metodológica da métrica usada no IDH Global, mas considerando 12 anos como máximo de anos de estudos da educação formal (ensino básico) e ajustando estes valores para repetência. Ou seja, considera apenas a adequação da frequência escolar até os 18 anos de idade. No caso de um fluxo escolar ideal, em que todas as pessoas ingressam aos 6 anos no ensino fundamental e não há repetência ou abandono ao longo do ensino básico, esse indicador assumiria o valor de 12 anos. (ATLAS, 2013, S. .p)

Após a determinação dos pesos das variáveis, o cálculo é feito “considerando-se que as taxas de frequência e de conclusão variam entre 0% e 100% e que os valores mínimo e máximo escolhidos são também 0% e 100%, para "convertê-las" em um índice variando de 0 a 1, basta dividir a taxa por 100.” (ATLAS, 2013, s. p).

O Atlas (2013), trás um exemplo de como seria esse cálculo utilizando os dados abaixo:

- 65% de sua população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo;
- 85% de crianças de 5 a 6 anos na escola;
- 80% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental;
- 70% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo;
- 50% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Nesse caso, o Atlas (2013), explica que:

- O índice de escolaridade da população adulta será 0,650;
- O índice de fluxo escolar da população jovem será a média aritmética dos subíndices referentes aos 4 indicadores, com peso igual =  $(0,850+0,800+0,700+0,500) / 4 = 0,712$ .

Seu IDHM Educação será a média geométrica desses dois índices, com peso 1 para o índice de escolaridade e peso 2 para o índice de fluxo:

$$\sqrt[3]{0,650 * 0,712 * 0,712} = 0,691$$

Com o resultado do IDH-M, de 0,691, o município tem um grau médio de desenvolvimento humano, visto que o IDH varia entre zero a um. Nesses casos, é necessário rever as políticas públicas para melhorar o resultado do índice.

### 2.3.1.3 Dimensão Renda

A dimensão renda entra como a última variável para o cálculo do IDH. Nessa dimensão, é avaliada a renda per capita da população, com o objetivo de medir o padrão de vida, bem como a possibilidade do indivíduo ter acesso a alimentação, moradia, vestuário.

A renda per capita indica a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município. A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre eles. Assim, um município pode apresentar uma elevada renda per capita, mas, ao mesmo tempo, ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza. O método de cálculo do IDHM Renda aplica uma fórmula logarítmica, que aproxima os maiores valores de renda per capita dos menores. Esse procedimento considera que, à medida que a renda per capita se eleva, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui. (ATLAS, 2013, p. 75).

Sobre a coleta dos dados, o Atlas (2013) explica que:

Os valores são obtidos das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico. O indicador corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no lugar de referência, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos. Os valores dos rendimentos apurados a partir do Censo Demográfico de 1991 e 2000, em cruzeiros de 1º de setembro de 1991 e em reais de 1º de agosto de 2000, foram convertidos em reais constantes de 1º de agosto de 2010 (data de referência do Censo de 2010). Para isso, foi utilizada a série do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) do IBGE (convertida em uma série centrada no primeiro dia de cada mês), mas, considerando-se que essa série subestimou em 22,25% a inflação em julho/1994, aplicou-se, a partir dessa data, um fator corretor de 1,2225. (ATLAS, 2013, s. P).

No caso da dimensão renda, o Atlas (2013), afirma que para cálculo existe apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice, diferente das outras duas dimensões anteriores.

O Atlas (2013) informa que no caso da medição do índice renda, conta com o apoio de outros indicadores.

Além da renda *per capita* municipal, o Atlas inclui, como suporte à análise dessa dimensão, diversos indicadores de desigualdade de renda (renda *per capita* por quinto da população, razão entre a renda *per capita* dos 10% e dos 20% mais ricos e a renda, *per capita* dos 40% mais pobres, índices de Gini e de Theil) e de pobreza (considerando 3 linhas de pobreza - R\$70, R\$140 e R\$255). Para o cálculo desses indicadores, adota-se a renda domiciliar *per capita*, tomando-se como pressuposto que, em um mesmo domicílio, todas as pessoas têm o mesmo rendimento. (ATLAS, 2013, s. P).

O Atlas (2013), trás um exemplo de como seria esse cálculo utilizando os dados abaixo:

$$\text{IDHM-R} = \frac{[\ln(\text{renda } \textit{per capita} \text{ local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}{[\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}.$$

O Atlas (2013), explica ainda sobre a necessidade do logaritmo na fórmula dessa dimensão:

A aplicação do logaritmo na fórmula aproxima os maiores valores de renda *per capita* dos menores e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Mas esse procedimento considera que, à medida que a renda *per capita* se eleva, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui. (ATLAS, 2013, S. .p)

De acordo com o Atlas (2013), a fórmula dessa dimensão se dá da seguinte forma:

$$\text{IDHM-R} = \frac{[\ln(\text{renda } \textit{per capita} \text{ local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}{[\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}$$

Depois de calcular cada uma das dimensões (longevidade, educação e renda), é preciso submeter os resultados a uma média aritmética simples dos três índices encontrados, conforme explica abaixo.

3

$$\text{IDH} = \underline{I_L} + I_E + I_R$$

O método de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- (IDH-M), tem algumas especificidades, pois é necessário se fazer algumas adaptações. De acordo com Bispo (2012), isso é importante, pois quando o IDH foi desenvolvido, foi pensado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico (em que membros da sociedade são os proprietários de todos os fatores de produção), quanto do ponto de vista demográfico, (no sentido que não há migração temporária), o que não acontece em unidades geográficas maiores.

Diante disso, Bispo (2012), afirma a necessidade desse índice a nível municipal, pois, pode muitas vezes ocorrer que grande parte da renda, do valor adicionado à renda destine-se à remuneração dos fatores de produção pertencentes a indivíduos não habitantes no município. Além disso, a migração temporária originada pela busca de serviços educacionais agrupados em poucos municípios (educação superior) leva a matrícula em dado município a se tornar um indicador frágil. Com isso, se torna essencial à adaptação dos indicadores da dimensão Educação e Renda para melhor retratar a realidade das condições de vida da população que efetivamente reside no município.

Existem controvérsias sobre a medição do IDH para todos os países e regiões, já que existem muitas especificidades em muitas delas. É o caso dos municípios com um grande índice populacional indígena, onde não existe a participação de todos os indivíduos na economia, pois produzem apenas para suas subsistências, e não participam do comércio. Esse modo de vida ainda é muito primário, considerado como uma sociedade pré- capitalista, e muitas vezes são privados do acesso à saúde e educação ofertados pelo estado.

A adaptação do IDH para níveis subnacionais tem sido praticada em diversos países, com vistas a adaptar a metodologia do IDH Global ao contexto nacional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento encoraja os países a desenharem IDHs nacionais que utilizem indicadores mais adequados às suas necessidades. Os países são convidados a inovar, substituir ou adicionar novas dimensões aos componentes apresentados no IDH Global para IDHs subnacionais. Já foram alterados indicadores específicos do IDH ou criadas novas dimensões para este, tais como liberdade política, meio ambiente, segurança e trabalho, entre outras. Gâmbia, Argentina, China, Índia, África do Sul e Letônia estão entre os países que adaptam o IDH. No Brasil, essa adaptação é feita desde 1998. (ATLAS, 2013, p. 11).

Diante disso, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) defende a necessidade de se alterar as variáveis do cálculo do IDH, para retratar com mais

veracidade o desenvolvimento humano em localidades com especificidades diferenciadas da maioria.

### 2.3.4 O IDH no Brasil

O desenvolvimento humano no Brasil começou a ser avaliado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. De acordo com o Atlas (2013), atualmente, o país está na faixa de alto desenvolvimento, com um IDH correspondente a 0,727.

O IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,7271. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991. (ATLAS, 2013, p. 27).

Ao longo do tempo os resultados do IDH no Brasil foram crescentes, até atingir o grau de alto desenvolvimento no último resultado divulgado pelo PNUD.

Nas últimas décadas, o Brasil evoluiu de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727. Dessa forma, o país apresenta uma evolução de 0,119, entre 1991 e 2000, e de 0,115, entre 2000 e 2010, crescendo ao todo 0,234, entre 1991 e 2010. Em termos percentuais, seu desempenho foi de 24,1%, entre 1991 e 2000, e de 18,8%, entre 2000 e 2010, correspondendo a um crescimento relativo total de 47,5% no período. . (ATLAS, 2013, p. 27).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), o Brasil é o país que mais se destaca em relação à evolução do IDH, na América do Sul.

O Relatório de Desenvolvimento Humano Global 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento coloca o país como um dos responsáveis pela “ascensão do Sul” na nova geopolítica internacional, por suas estratégias de desenvolvimento inclusivas e centradas nas pessoas. Transferências de renda condicionadas e investimentos na saúde e na educação têm impulsionado o país para um modelo de desenvolvimento a ser seguido, já que o foco no aumento das capacidades e oportunidades das pessoas confere a esses países maior resiliência a crises ao criar sociedades mais coesas e integradas. Se o Brasil é referência de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo, os desafios os nacionais ainda são muitos. O passivo histórico do país reflete um legado negativo para o alcance do desenvolvimento humano pleno de sua sociedade. Ainda estamos atrás de muitos países no que tange a qualidade de vida e o nível educacional de nossa população(ATLAS, 2013, S. .p).

Mesmo sendo o país com o melhor resultado na América do Sul, ainda existem muitos aspectos que podem melhorar, conforme explica:

[...] o país ainda apresenta, hoje, grandes desigualdades. São vários Brasis dentro do Brasil. É possível encontrar municípios em que a renda per capita mensal é de aproximadamente R\$ 1.700,00, e outros em que o cidadão ganha, em média, cerca de R\$ 210,00. Há municípios em que mais de 80% dos adultos tem o ensino

fundamental completo, enquanto em outras regiões isso não chega a 13%. É possível encontrar, no Sul brasileiro, municípios com esperança de vida ao nascer de mais de 78 anos, enquanto no Nordeste brasileiro há municípios em que um cidadão ao nascer tem expectativa de vida menor que 66 anos. A comparação entre municípios realça as desigualdades e evidencia o abismo ainda existente entre as oportunidades dos brasileiros. (ATLAS, 2013, p. 27).

Com as publicações dos resultados do IDH, é possível fazer as análises necessárias para traçar as metas para o aumento no bem-estar da população. Com a divulgação dessas informações, os gestores de políticas federais, estaduais e municipais, podem identificar os problemas que travam o desenvolvimento da região, possibilitando um maior controle das ações que serão implantadas com a finalidade de atingir o grau máximo do desenvolvimento humano.

### **3. O IDH-M DO MUNICÍPIO DE AMAJARI- RORAIMA**

Depois de analisar a história e a metodologia de cálculo do IDH no Brasil e no mundo, este capítulo apresenta o recorte geográfico dessa dissertação, abordando o IDH-M do município de Amajari, localizado no estado de Roraima, fazendo uma análise histórica da criação do município e expondo as políticas públicas que foram implantadas no município e que estão relacionadas com as variáveis que compõem o IDH-M.

#### **3.1 UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE AMAJARI**

A história do município de Amajari, no estado de Roraima, é iniciada por volta dos anos 1950, com o início da Vila Brasil, conforme explica Santos (2010):

A origem do município está ligada às atividades comerciais desenvolvidas por um senhor conhecido popularmente por “Brasil”, que ali chegou nos idos de 1957, quando se tornou o primeiro comerciante local. As atividades desse pioneiro se iniciaram com a implantação de um pequeno bar que era frequentado por vaqueiros e nativos da região, além de viajantes que por ali passavam.( SANTOS, 2010, p. 342):

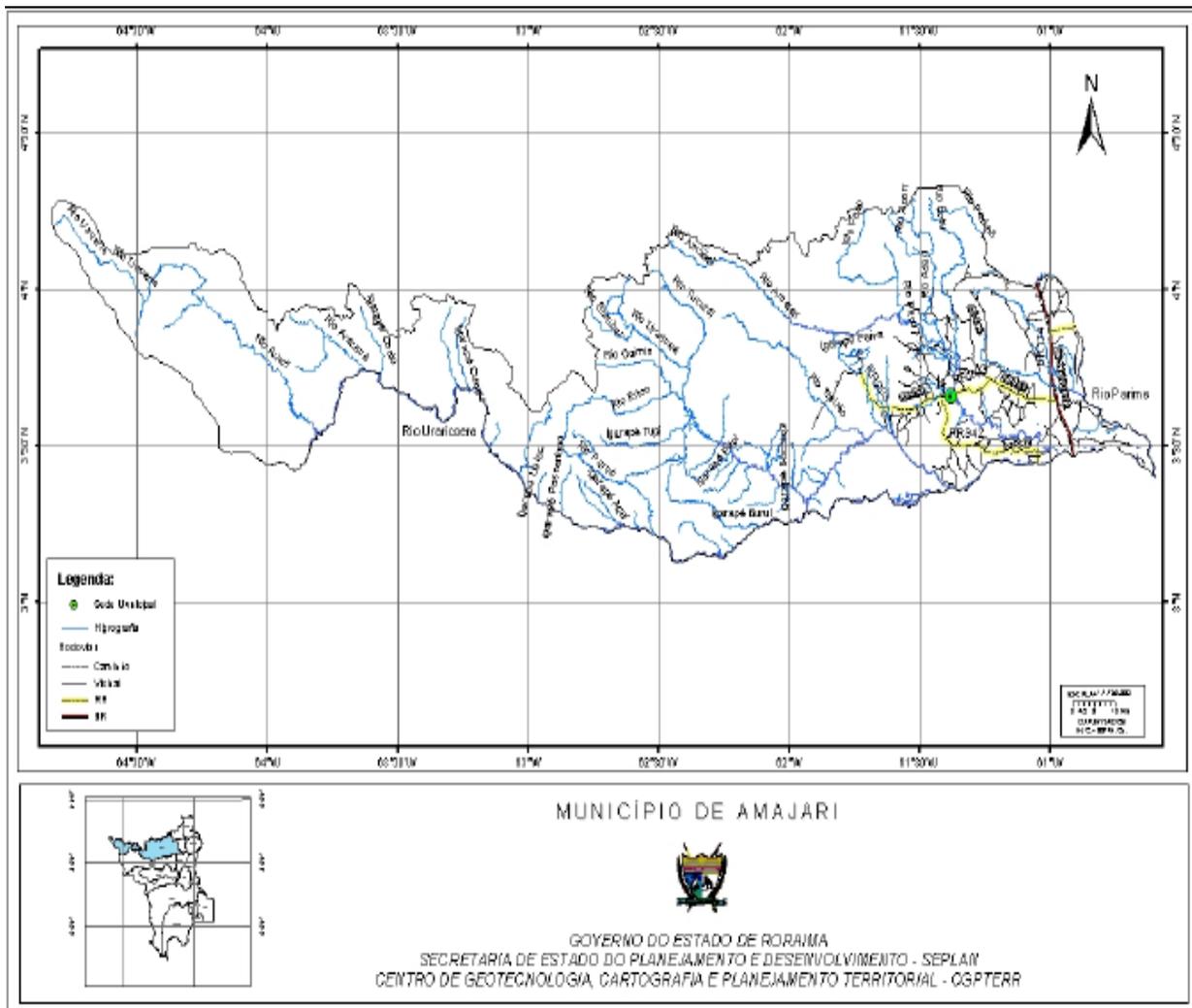
Ainda de acordo com Santos (2010), foi surgindo residências de nativos em torno dessa área, e com o passar dos anos houve um aumento dessa população, surgiu à chama “Vila Brasil”, nome criado em homenagem ao seu primeiro habitante, o senhor Brasil.

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, a criação do município de Amajari se deu pelo desmembrado de Terras do Município de Boa Vista através da Lei nº 097 de 17/10/1995, deixando a região de ser considerado apenas Vila Brasil.

De acordo com o IBGE, a área da unidade territorial do município corresponde a 28.472,310 km<sup>2</sup>, com 2,54% de participação em relação à área total do estado. De sua área, 33% (9.395,862 km<sup>2</sup>), são considerados parte área indígena. A maioria formada pelas etnias macuxi e wapichana, sendo estas: TI Ananás, TI Anaro, TI Anigal, TI Araçá, TI Cajueiro, TI Ouro, TI Ponta da Serra, TI Santa Inês e Parte do Parque Nacional Yanomami, formados por 18 comunidades.

De acordo com a SEPLAN (2003), as principais Vilas são: Maracá (antiga Vila Trairão), Vila Tepequém (antigo garimpo de Diamante), Três Corações (maior comunidade indígena do município) e Vila Brasil (escolhida como sede do município).

**Figura 02 - Mapa do Município de Amajari – RR**



Fonte: SEPLAN/CGPTERR/2010.

De acordo com o IBGE (2016), o município está localizado na região Centro-Leste do estado de Roraima, em área de extensas campinas, regionalmente conhecidas como lavrados, à margem direita do rio Branco, com uma altitude de 885m acima do nível do mar.

Os limites do município se dão ao norte com os municípios de Pacaraima e Normandia; ao sul, com os municípios de Mucajaí e Cantá; a leste, com os municípios de Normandia e Bonfim e Oeste, com o município de Alto Alegre.

Conforme explica Santos (2010), a população nativa do município é composta por índios e nordestinos que, pelos seus costumes e folclore, o município é conhecido como a “capital do forró”.

De acordo com o IBGE (2016), o PIB do município em 2010 foi de R\$ 76.901,00 com uma variação positiva em relação ao ano de 1999, onde esse valor ficou na casa do R\$ 20.207,00. O PIB per capita no município foi R\$ 8.242,36, no ano de 2010. Mas a incidência

da Pobreza no município corresponde a 36,29% do total da população, conforme o índice de Gini<sup>3</sup>, esse valor considerado alto, pois mede também a desigualdade social.

De acordo com o IBGE (2016), a população estimada do município de Amajari é de 11.285 habitantes, sendo 53% indígena, correspondendo a um total de 5.981 indígenas. Em relação à ocupação das pessoas no mercado de trabalho, o setor de serviços é o que detêm a maior parcela, com um total de 391 pessoas, seguidos da agricultura com 37 pessoas e com 04 pessoas formalmente inseridas no comércio do município. Na indústria, os dados divulgados pelo último censo do IBGE, não computam a quantidade de pessoas que trabalham nesse setor, resultando num saldo zero. Com isso, na economia do município o que se destaca é o setor público, onde grande parte dos empregos formais está concentrado.

Vale ressaltar também que aproximadamente 53% da população do município são indígenas, que em grande parte vivem de forma primitiva num sistema que de acordo com Marx (1985), é considerado pré-capitalista, pois produz apenas alimentos e outros produtos para a sua subsistência, sem geração de excedente e a participação nas relações de troca com o sistema capitalista. Diante disso, fica difícil a mensuração dessas atividades, pois esse sistema não é monetizado.

### **3.1 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Humano no Município de Amajari-Roraima**

Em alguns países, estados ou municípios os resultados do índice de Desenvolvimento Humano não supera o nível de médio desenvolvimento por diversos problemas relacionados ao progresso das dimensões calculadas no índice. Diante disso, surge a necessidade de se promover políticas públicas para o melhor desempenho desses índices. Com isso, aqui se faz necessário entender como surgem e qual o papel das políticas públicas e se houveram políticas públicas relacionadas às dimensões do IDH-Mde Amajari-Roraima.

As definições do conceito de políticas públicas podem ser um pouco diferenciadas para alguns pensadores, mas ambas colocam as ações do governo como principal função nesse processo. De acordo com Dye (1984), política pública pode ser entendida como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A luz de Peters (1986), afirma que é a soma das ações

---

<sup>3</sup>O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. (IPEA, 2014. <http://www.ipea.gov.br/>)

que o governo promove, ou delega para alguém promover, onde essas ações terão influência na vida do povo.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.7)

Sobre o papel das políticas públicas, (MAJONE e QUADE, 1980, p. 5), afirmam que:

O campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos políticoadministrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras. Essa é uma característica explícita na literatura internacional: “A análise de políticas públicas [...] é uma forma de pesquisa aplicada desenhada para entender profundamente problemas sócio técnicos e, assim, produzir soluções cada vez melhores”, (MAJONE e QUADE, 1980, p. 5).

As políticas públicas relacionadas às dimensões do IDH, como saúde, educação e na promoção de renda necessitam de uma atenção maior para a análise desse trabalho. Com isso, busca-se analisar de que forma o governo federal, estadual e municipal atuam nesse processo.

### **3.1.1 As Políticas Públicas relacionadas à Longevidade no Município de Amajari - Roraima**

No que se refere às políticas públicas em saúde no Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, determina que a saúde seja um direito de todos os cidadãos e é dever do Estado assegurar o acesso aos cidadãos, conforme o Art. 196 da C.F/1988:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, Art 196).

Sobre as questões relacionadas à prestação do serviço de saúde no Brasil, o Art. 196, dispõe:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, Art, 197).

De acordo com o que prevê o artigo 197, o sistema público de saúde no Brasil é democraticamente organizado e conta com a participação da sociedade organizada. Dessa

forma, o poder público pode contar com a iniciativa privada para poder ampliar os serviços de saúde.

A nova concepção do sistema de saúde, descentralizado e administrado democraticamente e com a participação da sociedade organizada, prevê mudanças significativas nas relações de poder político e na distribuição de responsabilidades entre o Estado e a sociedade, e entre os distintos níveis de governo – nacional, estadual e municipal, cabendo aos gestores setoriais papel fundamental na concretização dos princípios e diretrizes da reforma sanitária brasileira. (LUCCHESI E AGUIAR, 2004, p. 5).

Diante disso, para melhor entendimento, o Sistema Único de Saúde (SUS) é justificado conforme explica o Art 4º da Lei Nº 8080/90.

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, Lei Nº 8080/90, Art 4º)

Os objetivos do Sistema Único de Saúde estão contidos no Art 4º:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas. (BRASIL, Lei Nº 8080/90, Art 4º)

Sobre com a Lei 8.080/90, que criou o Sistema Único de Saúde no Brasil, consta no Art 5º as atribuições são:

I - a execução de ações:

a) de vigilância sanitária;

b) de vigilância epidemiológica;

c) de saúde do trabalhador; e

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

II - a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico;

III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - a vigilância nutricional e a orientação alimentar;

V - a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;

VI - a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção;

VII - o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

VIII - a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano;

IX - a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

X - o incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico;

XI - a formulação e execução da política de sangue e seus derivados.

§ 1º Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários

decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

§ 2º Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores. (BRASIL, C/F. 1988, Art 5º).

Lucchese e Aguiar (2004), explicam que existe uma ampla divisão dentro do Sistema Único de Saúde tanto na esfera federal, estadual e municipal para possibilitar um maior acesso de todos na elaboração das políticas públicas:

Nesta perspectiva, foram instituídos as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde em cada esfera de governo, como instâncias colegiadas para a participação social na gestão do SUS; a Comissão Intergestores Tripartite na direção nacional do Sistema Único de Saúde e as Comissões Intergestores Bipartites na direção estadual; e fortaleceram-se os órgãos colegiados nacionais de representação política dos gestores das ações e serviços nos estados e municípios – o CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde) e o CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde). Pode-se dizer, portanto, que os canais de participação dos gestores públicos e da sociedade nas definições das políticas e da ação governamental setorial foram ampliados. (LUCCHESI E AGUIAR, 2004,p. 5).

A importância da criação do SUS no Brasil é inegável, mas muito se discute sobre a gestão do sistema conforme explicam (LUCCHESE E AGUIAR, 2004, p. 05):

A Implantação do Sistema único de saúde, na prática, encontrou diversas dificuldades, principalmente porque sua proposta era de descentralizar suas ações. Esta descentralização não pode ser realizada plenamente, pois Estados e municípios não possuíam recursos para fazê-la e os repasse fundo a fundo do governo federal eram insuficientes. Criou-se então um impasse, e a solução encontrada foi a adoção de portarias, chamadas de normas operacionais básicas, que estabeleciam responsabilidades sanitárias com metas, atribuições e prazos. (LUCCHESE E AGUIAR, 2004, p. 05).

Um dos maiores problemas que o sistema de saúde no Brasil enfrenta é a questão do financiamento, além da má qualidade no atendimento e falta de equipamentos e medicamentos, tudo isso muitas vezes se justifica pela má gestão e os desvios dos recursos públicos destinados à saúde.

[...] o Sistema Único de Saúde- SUS, apresenta-se juridicamente como um modelo mundial no que se diz respeito a universalização da saúde, porém, devido a falta de fiscalização, corrupção governamental, embates políticos, assim como também a falta de uma gestão mais técnica, o mesmo tornou-se uma entidade cheia de problemas, embora em alguns lugares do país o mesmo funcione com um padrão de qualidade bastante elevado. Por fim, esperam-se que suas perspectivas para um horizonte futuro sejam postas em prática o mais rápido possível, pois só desta maneira poder-se dizer que o SUS é na prática um sistema único de saúde universal. (LUCCHESE E AGUIAR, 2004, p. 05).

Apesar dos problemas na saúde pública do Brasil, o país teve uma melhora na dimensão longevidade do IDH, nas últimas décadas. Entretanto, o país ainda encontra muitas dificuldades em atender os parâmetros internacionais de qualidade de saúde para a população. É preciso a iniciativa de se promover políticas públicas mais abrangentes e com o controle efetivo dos recursos públicos, pois de acordo com Pires (2015), algumas ações podem garantir a melhora dos resultados na dimensão longevidade no Brasil.

Promover a eficiência na gestão, planejamento e desenvolvimento das cidades com a integração e articulação de políticas para urbanização, saneamento, mobilidade, adaptação às mudanças climáticas, proteção da ecologia, promoção do desenvolvimento e do bem-estar humano. Garantir recursos e capacitação para que os municípios financiem o seu desenvolvimento. Estes aspectos são os desafios e perspectivas dos gestores da Administração Pública moderna. Muito já se mudou e melhorou aos cidadãos, mas ainda muito há de ser feito para uma real satisfação dos usuários da rede pública brasileira. (PIRES, 2015, p.15)

De acordo com a SEPLAN (2014), em relação aos serviços de saúde, o município de Amajari conta com: 01 Centro de Saúde - Unidade Básica de Saúde gerido pelo município; Posto de saúde (federal/municipal); Unidade de Atenção a Saúde Indígena (Federal/Municipal); Unidade de Vigilância em Saúde Municipal; Polo Academia da Saúde (Municipal); Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência (Municipal).

### 3.1.2 As Políticas Públicas relacionadas à Educação no Município de Amajari - Roraima

Sobre as políticas públicas relacionadas à educação, um evento importante que fez o mundo ter um olhar mais atento sobre o assunto, foi a Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada pela (UNESCO) que aconteceu na Tailândia em março de 1990. Com isso, foi criado o “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”. Conforme o Art1, desta carta temos um dos principais objetivos:

Art1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (UNICEF/2016, p 1).

Diante das normas estabelecidas no “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, o Brasil passou a ter um apoio maior para poder programar políticas públicas para a melhora da educação brasileira. Desde então, os índices de analfabetismos tiveram uma queda considerável. Mas de acordo com Seratti (2007), essas medidas não foram suficientes para que o Brasil cumprisse a meta de reduzir o analfabetismo em relação aos índices de 1990 em 50% até o ano de 2010, conforme o tempo de 10 anos estabelecido no plano.

Atualmente, a educação básica brasileira é normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96, que seguiu as bases propostas no Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem no Brasil. No título II da LDB, são estabelecidos os princípios e fins da educação nacional.

Art. 2º . A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB 9.394/96).

Já o Art. 3º aponta de que forma o ensino no Brasil deverá ser ministrado:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais., LDB 9.394/96, Art 3º).

O título III dispõe sobre o direito à educação e do dever de educar. Conforme explica o Art. 4º. o dever do Estado com educação escolar pública, será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. (LDB 9.394/96, Art. 4º).

A educação no Brasil passou por uma reformulação com a criação da LDB, com a concepção de novas possibilidades para a gestão na educação, também uma ampliação no programa de formação e capacitação dos professores, melhores formas de avaliação do desempenho dos professores. Dessa forma, a LDB abre o leque do ensino público no Brasil, afirmando o dever do estado na promoção desse tipo de serviço aos cidadãos.

Com a promulgação da LDB, observou-se a ampliação da obrigatoriedade da educação básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a maior responsabilização do Estado pela educação pública. Após mais de uma década da aprovação desta Lei, verifica-se a quase universalização deste nível de ensino. (COSTA, AKKARI e SILVA, 2011, p. 76).

Apesar da Constituição Brasileira prevê e assegurar a educação como um direito fundamental e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) normatizar toda a estrutura da educação no país, o Brasil ainda tem muito no que avançar quando o assunto se trata de educação. A lei por si só ainda não consegue assegurar o acesso de todos ao serviço público de educação e a qualidade do serviço ainda fica muito abaixo de outros países. A publicação do Jornal Estadão informa que em 2016 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), divulgou o ranking do desempenho da educação com base na avaliação de 76 países, onde o Brasil ficou na 60ª posição. Nessa avaliação, o Brasil ficou atrás de países como o Irã (51º) que passou por uma guerra nas últimas décadas, e os vizinhos Chile (48.º) e Uruguai (55.º), que não tem uma economia maior que a do Brasil. Ainda, confirma a matéria, o Brasil avançou muito nos últimos anos nas questões relacionadas à educação, mas ainda é grande o número de estudantes que deixam a escola e também expõe que o baixo nível da qualidade no ensino se destaca como o fator negativo. O grande motivo desse abandono se dá pela necessidade dos jovens e adolescentes precisar em trabalhar para manter a casa e também pelo fato da escola não ser um atrativo para eles.

Para Costa, Akkari e Silva (2011), não é só os fatores quantitativos que vão permitir o nível alto da qualidade da educação. Para o bom desempenho da educação, é necessário haver possibilidades para o aumento da qualidade do ensino intra-escolar e extra-escolar.

1) Nível do sistema: condições de oferta de ensino. Refere-se, dentre outros aspectos, à garantia de instalações gerais adequadas aos padrões de qualidade definidos pelo sistema nacional de educação em consonância com a avaliação positiva dos usuários. 2) Nível da escola: gestão e organização do trabalho escolar. Trata da estrutura organizacional compatível com a finalidade do trabalho pedagógico. Educação básica no Brasil: políticas públicas e qualidade 79 3) Nível do professor: formação, profissionalização e ação pedagógica. Relaciona-se ao perfil docente (titulação/qualificação adequada ao exercício profissional), às formas de ingresso e condições de trabalho adequadas e às políticas de formação e valorização do pessoal docente. 4) Nível do aluno: acesso, permanência e desempenho escolar. Refere-se ao acesso e às condições de permanência adequadas à diversidade socioeconômica e cultural, e à garantia de desempenho satisfatório dos estudantes. Considera a visão de qualidade entre pais e estudantes e as práticas de processos avaliativos centrados na melhoria das condições de aprendizagem que permitam a definição de padrões adequados de qualidade educativa. (COSTA, AKKARI E SILVA, 2011, P. 78).

A respeito das dimensões extra-escolares que interferem positivamente no desempenho da educação Costa, Akkari e Silva, (2011) dispõem sobre as ações necessárias.

As dimensões extra-escolares que afetariam os processos educativos e os resultados escolares envolvem dois níveis: 1) a dimensão socioeconômica e cultural dos entes envolvidos – concerne à influência do acúmulo de capital econômico, social e cultural das famílias e dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem e, ainda, a necessidade do estabelecimento de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como fome, drogas, violência etc.; 2) a dimensão dos direitos dos cidadãos e das obrigações do Estado – que faz referência à ampliação da obrigatoriedade da educação básica; à definição e garantia de padrões de qualidade, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; à definição e efetivação de diretrizes nacionais para os diferentes níveis etc. (COSTA, AKKARI E SILVA, 2011, P. 78).

O município de Amajari, assim como todos os municípios brasileiros, recebe transferência de recursos federais para os gastos com educação. O mais importante recurso é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da

Educação (FUNDEB). Esse recurso serve de base para a complementação dos valores que os municípios destinam a educação, pois em alguns municípios a arrecadação é muito baixa e não é suficiente para as despesas com a educação.

O FUNDEB é regulamentado conforme a Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que estabelece em seu Art 2º o seguinte:

Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei..

Em relação aos serviços públicos de educação oferecidos pelo poder público, a Seplan (2014) informa, que o município conta com um uma taxa de matrícula de 2.747 alunos na rede pública de ensino; desse total, 1.772 são no ensino fundamental, 06 no ensino especial na educação infantil, o total dessa faixa era de 379 alunos matriculados, no ano de 2010. O total de matriculados no ensino médio em 2010 foi de 295 alunos. Não foram computados dados referentes a matrículas em instituições privadas até o ano de 2010.

De acordo com a Seplan (2014), no que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o município ainda tem muito no que avançar, já que ficou com um resultado de 3,1 em relação ao ano de 2010. Esta nota ainda é considerada muito baixa, pois o Brasil tem como objetivo alcançar uma meta superior a 6,0 até 2022, tendo em vista que essa é a média de países com os melhores níveis de educação.

### **3.1.3 As Políticas Públicas Relacionadas à Renda no município de Amajari- Roraima.**

As políticas públicas no Brasil relacionadas à geração de emprego e renda surgem por meio de ações governamentais para criação de empregos na tentativa de distribuir renda e atingir todas as classes, para que todos tenham acesso ao consumo e a possibilidade de obter o bem-estar social por meio do acesso a bens e serviços, conforme o que determina a teoria macroeconômica. Desde o final do século XX, o Brasil passou a utilizar o modelo desenvolvimentista Cepalino para a promoção de políticas públicas relacionadas à renda. De acordo com Guimarães e Martin (2001), as políticas públicas ainda continuam sendo as maiores reguladoras para as falhas de mercado relacionadas ao desemprego e a geração de renda no sistema capitalista.

De acordo com o IPEA, (2006) não existia no Brasil um olhar para o lado social voltado aos programas de emprego e renda antes de 1960.

Em um período em que a economia mundial vivia um surto de crescimento econômico sem precedentes, acreditava-se no Brasil que a melhoria das condições

de vida da população seria consequência direta do crescimento econômico. O desemprego existente era entendido como uma imperfeição decorrente do baixo nível de desenvolvimento econômico que marcava o país. O predomínio dessa concepção parece explicar a quase ausência no Brasil de programas públicos de emprego e renda ainda no decorrer dos anos 1960 e 1970. (IPEA, 2006, p. 2).

No Brasil as primeiras tentativas de ações voltadas para resolver os problemas de geração de emprego e renda, foram previstas na Constituição de 1946. De acordo com o IPEA(2006), mesmo com essa garantia estabelecida na constituição federal, foi só em 1965 que houve a primeira tentativa de criação de um Plano para assegurar os direitos do trabalhadores demitidos, com a Lei 4.923/65, que criou o Cadastro Permanente de Admissões e Dispensas de Empregados e instituiu um plano de assistência ao desempregado.

Após a criação do cadastro de admissões e dispensas de empregos, surgiu também o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que possibilitou ao trabalhador uma reserva financeira para ser utilizado após a demissão sem justa causa.

Com o FGTS, o empregador passou a depositar, mensalmente, 8% do salário do trabalhador numa conta vinculada ao contrato de trabalho, a cujos fundos o trabalhador poderia ter acesso no momento da sua demissão. As restrições impostas nas regras de concessão do auxílio-desemprego fizeram com que o FGTS passasse a representar praticamente a única fonte de proteção financeira efetiva ao trabalhador desempregado. (IPEA, 2006, p. 399).

Para Ferrante (1978), antes do FGTS ser criado, as empresas pagavam uma multa muito alta para os trabalhadores demitidos, o que travava as possibilidades de admissões por parte dos empregadores, que já previam o prejuízo alto se houvesse a necessidade de cortes na empresa. Dessa forma, o autor enfatiza que o Fundo permitiu uma maior segurança aos empresários que passaram a contratar mais pessoas o que possibilitou uma melhora social, pois aumentou o número de pessoas com a capacidade de consumir bens e utilizar serviços básicos.

Porém, foi com a Constituição de 1988, que o Brasil passou a ter um olhar mais atento para a parcela das pessoas que além de não conseguir se inserir no mercado de trabalho, estavam à margem da sociedade e em estado de vulnerabilidade.

Até os anos 1980, no Brasil, a “cidadania” limitava-se aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, “cidadania regulada” (SANTOS 1987). Esse quadro começa a ser alterado com a instituição da Seguridade Social, introduzida na Constituição Federal de 1988, em decorrência de lutas sociais pela ampliação e universalização de direitos sociais. Contudo, a crise fiscal do Estado nos anos 1980 e a adoção do Projeto Neoliberal, nos anos 1990, abriram espaço para programas focalizados na população pobre. (SILVA, 2010, p. 158).

A Constituição Federal também trouxe uma nova garantia para os cidadãos brasileiros, com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT), que amplia a expansão das políticas públicas para a promoção de emprego e renda no Brasil.

O FAT foi constituído com recursos do Fundo PIS-PASEP, recursos que foram, em grande parte, direcionados para as políticas de seguro- -desemprego e abono salarial, embora parte tenha sido destinada também para os programas de capacitação e para o financiamento a empreendimentos produtivos. Houve, como consequência, grande avanço das políticas de seguro-desemprego e abono salarial. No primeiro caso, as exigências foram reduzidas e a cobertura ampliada, aumentando o número de beneficiários de 4 milhões em 1993 para 5,5 milhões em 2005. Houve, também, expansão do tempo de recebimento e dos valores recebidos. No caso do abono salarial, 8,3 milhões de trabalhadores receberam, em 2005, benefícios no valor de um ou dois salários mínimos. ( GUIMARÃES, 2011, p. 320).

Outras ações governamentais foram criadas no Brasil para contribuir e assegurar a renda de parte da população que não tinha condições de estar inseridos no mercado. De acordo com Fernandes (2003), com a estabilização da economia durante o Plano Real em 1994, onde a inflação foi controlada e o governo passou a ter o controle das contas públicas, foi possível a criação de programas sociais para atender essa parcela da população que antes não era assistida, contribuindo para a redução da pobreza e fornecendo renda para o consumo de grupos vulneráveis economicamente.

De acordo com Souza (2009), foi durante o Governo Lula em 2004, por meio da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, que foram unificados vários programas sociais já existentes desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, como bolsa escola, bolsa alimentação auxílio gás, passando a se tornar um único programa o chamado Bolsa Família. O programa Bolsa família é considerado o maior programa assistencialista do mundo, com recursos governamentais na ordem de cerca de R\$ 8 bilhões.

O Bolsa Família tinha como objetivo transferir renda para as famílias em situação de pobreza ( renda per capita de R\$ 50,01 à R\$ 100,00) e em situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 50,00) e foi criado oficialmente em outubro de 2003, voltado especificamente para as classes menos favorecidas da população. O benefício deve ser associado ao acesso a direitos básicos: saúde, alimentação, educação, entre outros. As prefeituras municipais são responsáveis pelo cadastro das famílias participantes, enquanto estas famílias devem obedecer a algumas condições para garantir o benefício, como manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando as escolas, cumprir o calendário de vacinação, além de ser necessário o acompanhamento pré-natal para gestantes. Cada família receberia inicialmente entre R\$ 15,00 e R\$ 95,00, dependendo da renda familiar per capita e do número de crianças e adolescentes com até 15 anos. O foco do programa, em famílias com crianças e adolescentes, se justifica pelo alto nível de carência nessa faixa etária. No Brasil dos dias atuais, a probabilidade de uma criança ser pobre é muito maior em relação a um idoso. (SOUZA, 2009, p. 47).

De acordo com Oliveira (2005), no ano de 2004, 6,5 milhões de famílias brasileiras foram atendidas pelo programa bolsa família, custando aos cofres públicos um total de R\$ 5,8 bilhões. Já para o ano de 2005, a meta prevista para o governo era atender mais 8,77 milhões de famílias com um orçamento de R\$ 6,5 bilhões.

Apesar da erradicação da fome no Brasil e o amplo acesso à renda mínima para muitas famílias em situação de vulnerabilidade, o programa Bolsa Família ainda é muito criticado principalmente, porque mesmo com a distribuição de renda, algumas pessoas nunca conseguem sair da situação de vulnerabilidade, causando dependência financeira desse recurso.

No Brasil, o Governo federal repassa verbas para a manutenção das despesas públicas dos estados e municípios, no caso desse último, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), transferência constitucional, prevista no Art. 159 da constituição federal de 1988. De acordo com as informações obtidas no sitio do Tesouro Nacional, a distribuição do FPM é realizada pela quantidade de habitantes, e os critérios empregados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei n.º. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei N.º 1.881/81.

Conforme o Art. 159, da Constituição Federal de 1988, a União repassará aos municípios o seguinte percentual:

Art. 159. A União entregará: I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios. (BRASIL, 1988, Art 159).

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, com base no que determina a Constituição Federal de 1988, o município de Amajari- Roraima é beneficiário desse recurso para a manutenção dos serviços públicos, como: água, energia, educação, saúde segurança pública, infraestrutura e a folha de pagamento. Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional, foram repassados ao município de Amajari um total R\$ 1.903.623,78 em novembro de 2016.

Além disso, o município de Amajari- Roraima recebe recursos do programa Bolsa Família, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Agrário do Governo Federal. De acordo com a Secretaria de Planejamento do estado de Roraima (2014), em maio de 2013 o município recebeu do Programa Bolsa Família R\$ 177.118,00, atendendo 1.782 famílias. De acordo com o relatório sobre o programa Bolsa Família e o Cadastro Único, divulgado em 2017 pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o programa Bolsa Família atendeu em fevereiro de 2017 um total de 1.206 famílias no município de Amajari-Roraima, o que totaliza 76% das famílias pobres no município. O total dos recursos destinados ao município foi de R\$ 315.716,00 em fevereiro de 2017. No município, a gestão dos recursos é feita pela Secretaria

Municipal de Assistência Social, sendo este o único programa social de transferência de renda existente no município de Amajari-Roraima.

Em relação a outros programas de transferência de renda, não foi possível a coleta de dados junto ao Governo do Estado de Roraima, pois de acordo com a declaração em resposta ao Ofício N° 01/2017, que trata da solicitação de informações sobre “os programas de crédito social criados ou geridos pelo governo do estado de Roraima de 1991-2010”, a Coordenação do Programa Crédito do Povo – SETRABES, declarou que “ não existe em nossos arquivos dados do programa Crédito do Povo criados ou geridos nos anos de 1991 a 2010”, conforme declaração em anexo.

#### 4. ANÁLISE DE DADOS

O presente trabalho caracteriza-se em uma perspectiva qualitativa, com base no método dedutivo, onde se busca analisar questões históricas, fatores sociais sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento humano e apresentar de que forma se deu a criação do município de Amajari- Roraima.

Assim, neste capítulo serão apresentados os dados do IDH-M do município de Amajari baseado nas três séries históricas divulgadas pelo PNUD-Brasil que foram em 1991, 2000 e 2010. Essas informações foram retiradas do Atlas do Desenvolvimento Humano, que detalha a evolução das três dimensões do IDH-M do município ao longo desse período.

Em termos iniciais a tabela 3, que mostra o detalhamento dos componentes do IDH-M apresenta os dados da série histórica referente às três dimensões do IDH-M do município de Amajari desde 1991 a 2010. A partir da leitura dessa tabela, é possível observar que a Longevidade é a dimensão que mais se destacou ao longo do período, chegando a um resultado de 0,815 em 2010. Já a Educação ficou com um índice de 0,319 e a Renda com índice de 0,437, ficando abaixo do nível de médio desenvolvimento.

**Tabela 3. Componentes do IDH-M de Amajari- Roraima**

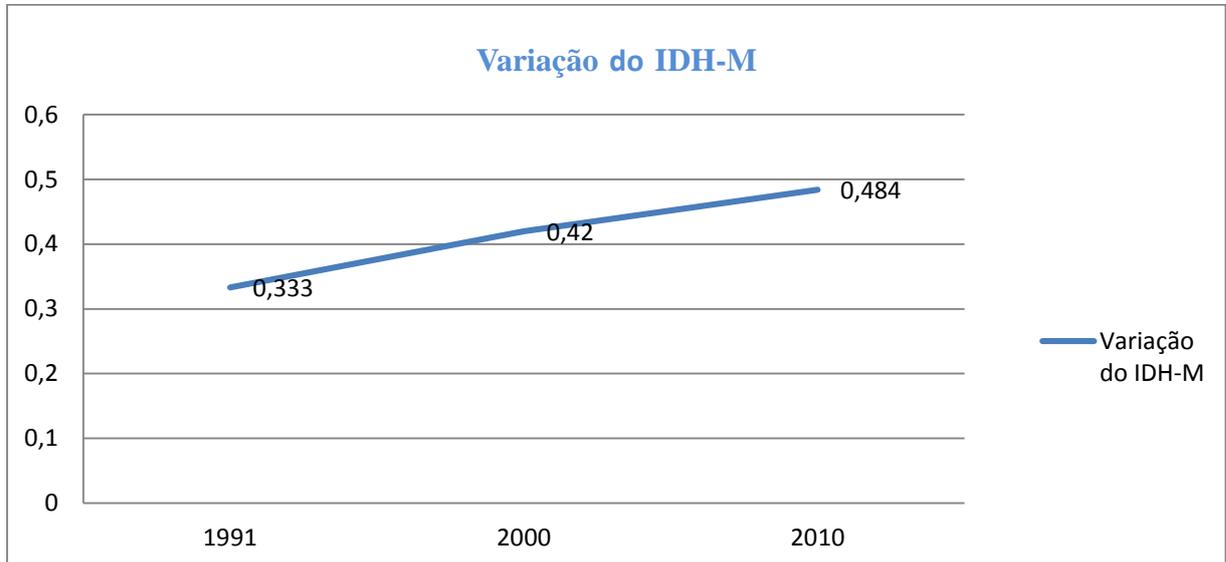
IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,112	0,212	0,319
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	6,51	14,54	23,93
% de 5 a 6 anos na escola	40,60	53,05	49,00
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	17,30	34,41	50,87
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	-	6,91	26,32
% de 18 a 20 anos com médio completo	1,24	8,60	20,91
<b>IDHM Longevidade</b>	0,591	0,698	0,815
Esperança de vida ao nascer	60,44	66,87	73,90
<b>IDHM Renda</b>	0,556	0,499	0,437
Renda per capita (em R\$)	254,07	179,02	121,32

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Conforme a tabela 3, o comportamento do IDH-M do município de Amajari, teve uma variação positiva nas três dimensões ao longo do período, porém, o município não atingiu um bom grau de desenvolvimento humano, chegando ao seu maior patamar em 2010, com o valor correspondente a 0,480, valor baixo para ser considerado desenvolvido, pois de acordo com a metodologia de cálculo do IDH, exposto na parte dois desse trabalho que o IDH varia

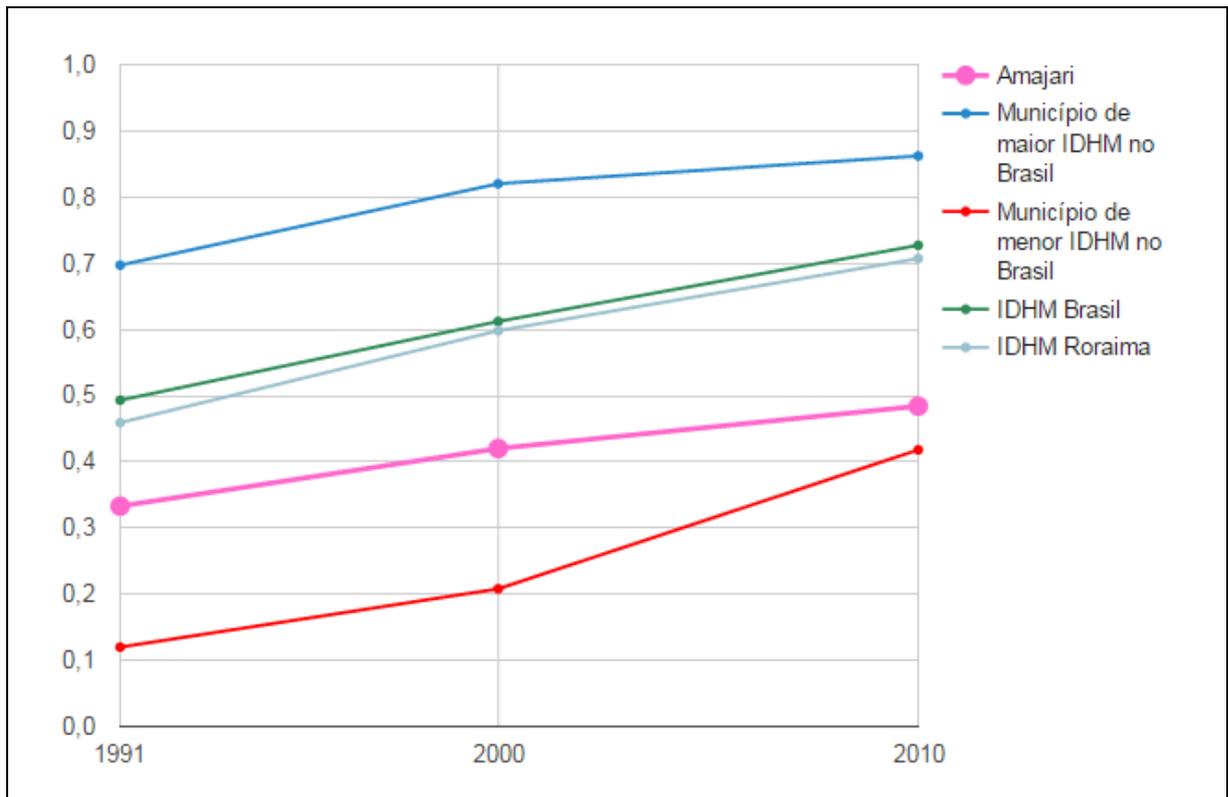
entre (0) zero e (1) um. Diante disso, observa-se uma evolução ao longo do tempo, que correspondeu a um percentual de 45%, pois passou de 0,333 em 1991 para 0,484 em 2010.

**Gráfico 1.1** Evolução do IDH-M de Amajari nos anos 1991, 2000 e 2010.



Fonte: elaboração do autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

Em relação à evolução do IDH-M do município de Amajari com o estado e Roraima e o Brasil, a figura 3, mostra que o desempenho do índice no município ficou muito abaixo do estado de Roraima e do país, pois os dois últimos tiveram uma evolução positiva ao longo do período com um índice considerado bom e alto, respectivamente. O município de Amajari teve uma evolução positiva ao longo desse tempo, mas ainda muito abaixo do nível estadual e nacional, estando ainda muito próximo do município com o mais baixo nível de desenvolvimento humano no Brasil, que de acordo com a figura 3 não chega ao nível médio de desenvolvimento. De acordo como Atlas (2013), o município de Amajari está na 5550ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDH-M. Amajari ainda está muito distante de alcançar o patamar parecido com o município brasileiro de São Caetano do Sul-SP, que se destaca com o maior IDH-M do Brasil, correspondente a 0,862, pois os seus resultados ainda permanecem dentro da faixa dos piores desempenhos, como é o caso do município brasileiro de Melgaço-Pará, que tem um IDH-M de 0,418, índice considerado muito baixo pelo PNUD.

**Figura 3. Comparação do IDH-M de Amajari com Roraima e o Brasil**

Fonte: Figura extraída do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

No que se refere à dimensão longevidade no município de Amajari, é importante destacar os dados sobre a população municipal, conforme explica a tabela 04.

**Tabela 4. População Total do Município de Amajari- Roraima.**

População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Amajari - RR						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	10.968	100,00	5.294	100,00	9.327	100,00
População residente masculina	8.863	80,81	2.940	55,53	4.992	53,52
População residente feminina	2.105	19,19	2.354	44,47	4.335	46,48
População urbana		0,00	799	15,09	1.219	13,07
População rural	10.968	100,00	4.495	84,91	8.108	86,93

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Em relação às variações no número da população do município de Amajari, observou-se que houve uma queda no número de residentes desse município no período estudado, onde passou de 10.968 em 1991 para 9.327 pessoas em 2010, com uma redução de 18% do total de habitantes. No ano de 2010, a população do município permaneceu mais rural do que urbana correspondendo a 86%, em relação à população urbana com 13,07%, do total

sendo a maioria dos residentes do sexo masculino, correspondendo a 53,52% contra 46,48% do sexo feminino.

Já sobre a estrutura etária da população, a tabela 5, mostra a relação de dependência das pessoas, onde de acordo com o PNUD (2010), os indivíduos até 15 anos de idade, e os com mais de 65 anos são dependentes financeiramente, pois não são considerados como indivíduos com a potencialidade ativa. Diante disso, o município teve um aumento da população com até 15 anos de 1.692 pessoas em 1991 para 4.092 em 2010, representando uma variação de 59%. Em relação às pessoas com mais de 65 anos, a variação no período também foi positiva, pois passou de 112 indivíduos em 1991 para 363 em 2010, representando 69%. No caso da população ativa do município, houve uma queda, pois passou de 9.164 em 1991 para 4.873 em 2010, com uma variação negativa de -47%, o que gera uma redução na disponibilidade de mão-de-obra.

**Tabela 5. Estrutura Etária da população de Amajari- Roraima**

Estrutura Etária da População - Município - Amajari - RR						
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	1.692	15,43	2.416	45,64	4.092	43,87
15 a 64 anos	9.164	83,55	2.665	50,34	4.873	52,25
População de 65 anos ou mais	112	1,02	213	4,02	362	3,88
Razão de dependência	19,69	-	90,13	-	88,88	-
Taxa de envelhecimento	1,02	-	4,02	-	3,88	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Também houve um aumento na razão de dependência da população, que significa a quantidade de indivíduos que não produzem renda, mas dependem de quem produz ou do governo, esse número passou de 19,69% em 1991 para 88,88% em 2010.

Outro ponto importante na dimensão longevidade, é a mortalidade e taxa de fecundidade. Conforme a tabela 06, a esperança de vida ao nascer aumentou de 60,4 em 1991 para 73,9 em 2010. A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município teve uma queda de 76,7 em 1991 para 15,3 em 2010. De acordo com o PNUD (2010), com a taxa observada em 2010, o município consegue atingir o que foi

estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

**Tabela 06. Variação da Longevidade, mortalidade e Fecundidade de Amajari em Roraima.**

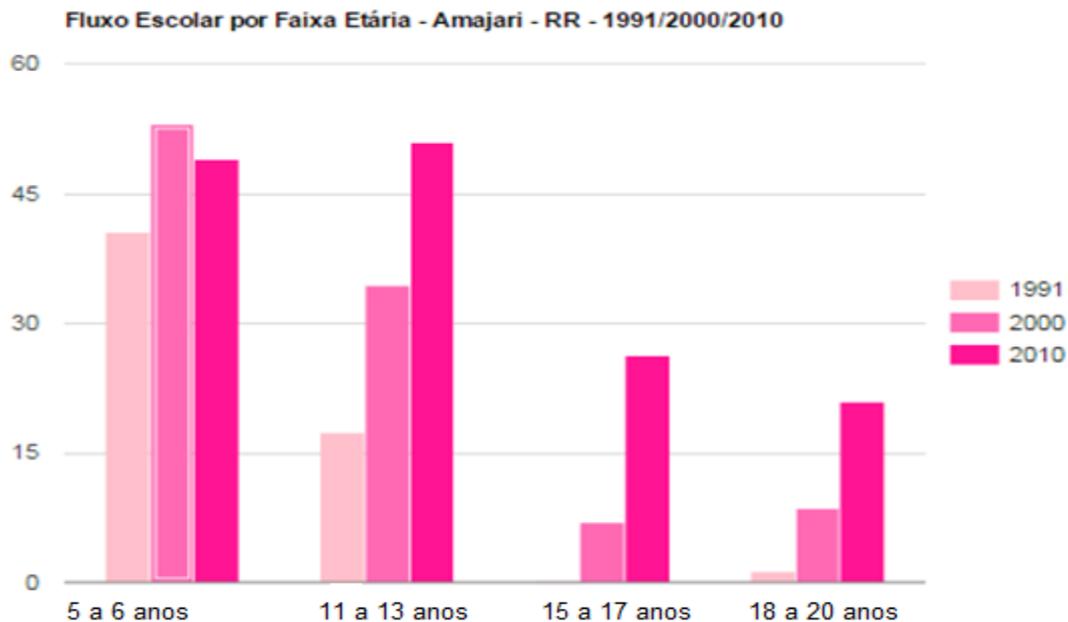
Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Amajari - RR

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	60,4	66,9	73,9
Mortalidade infantil	76,7	32,2	15,3
Mortalidade até 5 anos de idade	97,8	37,3	16,3
Taxa de fecundidade total	5,1	5,0	4,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

A tabela 06 mostra ainda que, a mortalidade de até 05 anos de idade também foi reduzida no período, passando de 97,8 em 1991 para 16,3 em 2010. E a taxa de fecundidade total foi reduzida de 5,1 em 1991 para 4,1 em 2010.

Com relação ao aspecto educação a proporção de crianças e jovens frequentando ou que tenha completado determinados ciclos escolares, é utilizado para medir a dimensão educação no IDH. Sobre os dados relacionados à dimensão educação no IDH-M de Amajari, temos quatro proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos, o qual indica a situação da educação entre a população em idade escolar no período estudado, conforme a figura 04.

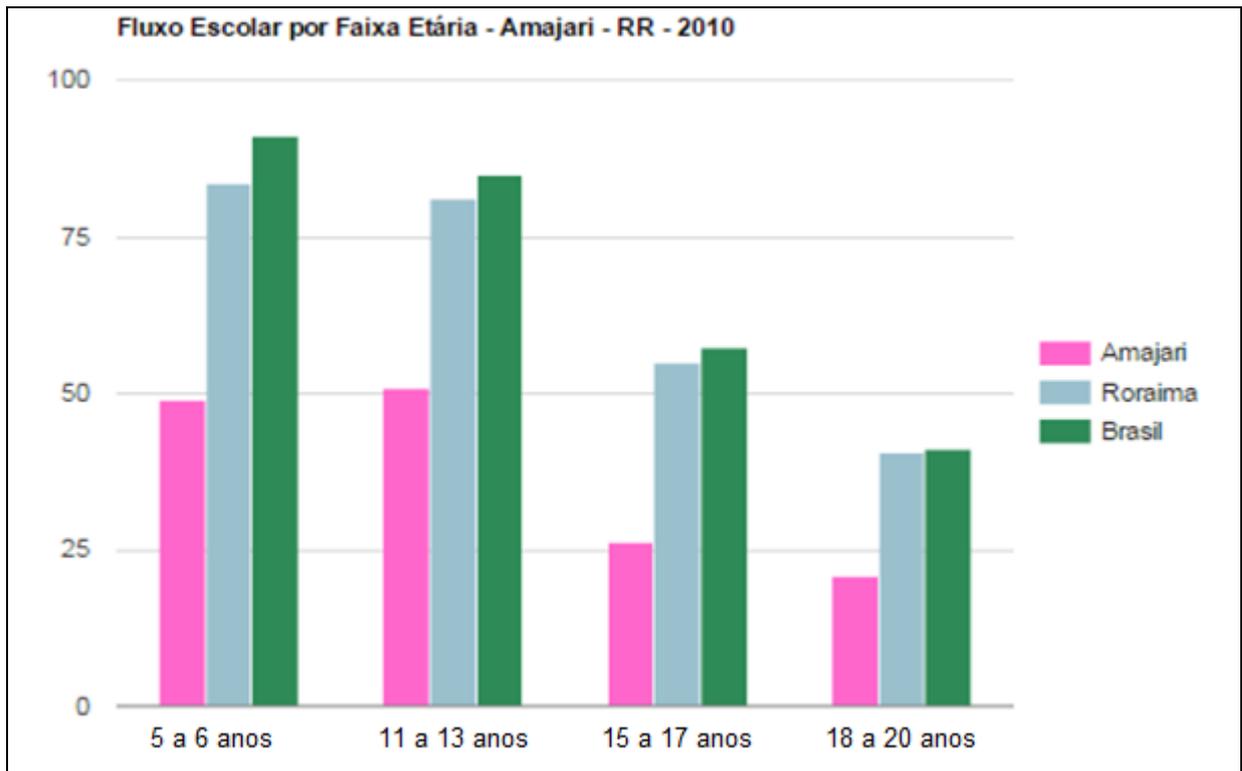
**Figura 04. Fluxo Escolar por Faixa Etária no município de Amajari- Roraima**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Conforme explica a figura 4, a primeira faixa etária que corresponde a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola em 1991 ficou com 40,6% , subindo para os 53,05 em 2000 e tendo uma queda para 49% em 2010, o que mostra que no final do período a variação foi positiva. A segunda faixa etária que corresponde à proporção de crianças entre 11 e 13 anos, já é bem menor, mas apresentou um crescimento no período, pois passou dos 17,30% em 1991 para 50,87% em 2010. A terceira faixa etária que corresponde a proporção de jovens entre 15 e 17 anos já se mostra bastante reduzida, em relação às duas primeiras, mas com variação positiva no final do período, passando de 6,91% em 1991 para 26,32% em 2010. É a partir dessa faixa etária que acontece o abandono escolar, pois os jovens costumam deixar de estudar para trabalhar e ajudar no sustento da família. A quarta faixa etária que corresponde a proporção de jovens de 18 a 20 anos, que corresponde a menor faixa na vida escolar, mas que teve uma variação percentual positiva no final durante o período, passando de 1,24% em 1991 para 20,91% em 2010.

Apesar de ter um aumento considerado muito bom do fluxo escolar de crianças e jovens no município de Amajari, na comparação com o estado de Roraima e o Brasil, o município ainda fica muito abaixo na dimensão educação, conforme mostra a figura 5.

**Figura 05. Fluxo Escolar por faixa etária- Amajari-Roraima - 2010**

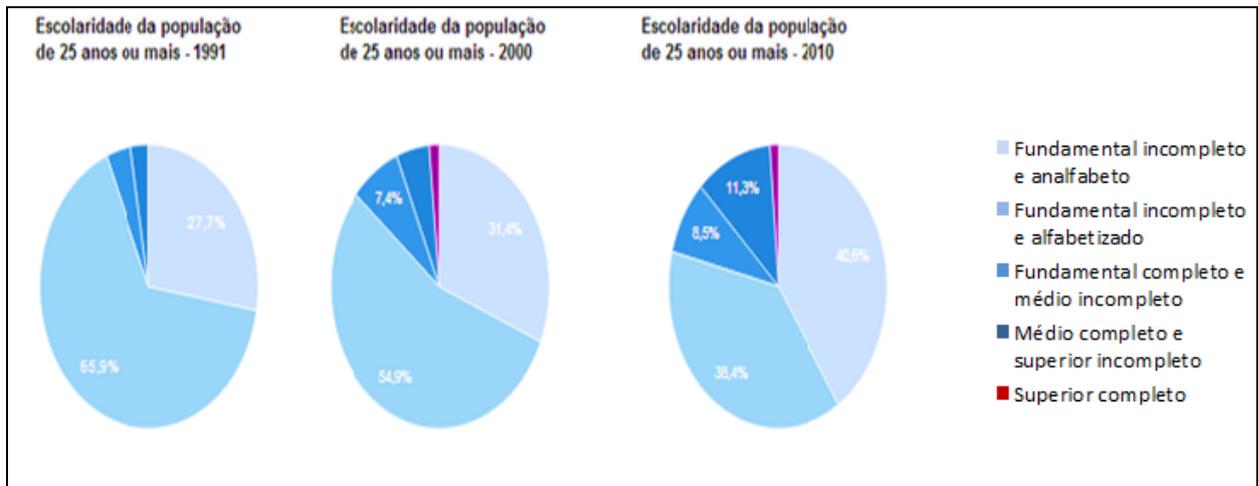


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Conforme explica a figura 5, durante o período, as quatro faixas em idade escolar do município de Amajari ficaram com um desempenho abaixo do estadual e nacional. Na primeira faixa, que corresponde a idade de 5 a 6 o município ficou com 49%, o estado de Roraima com 83,38% e o Brasil com 91,12%. Na segunda faixa, o município ficou com 50,87%, o estado com 81,04% e o Brasil com 84,86%. A terceira etapa já mostra uma redução entre as duas primeiras em todos os três âmbitos, mas o município permanece abaixo com 26,32%, contra os 54,93% do estado e 57,24% do país. A quarta e última faixa, continua sendo a menor nos três, mas apresenta um percentual ainda menor no município, que ficou com 20,91% e Roraima e o Brasil com um percentual muito próximo de 40,53% e 41,01% respectivamente.

De acordo com o PNUD (2010) outra informação importante para a dimensão Educação é a escolaridade da população adulta. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade.

**Figura 06. Participação da população adulta de 25 anos ou mais na educação do município de Amajari-Roraima em 1991, 2000 e 2010.**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Conforme a figura 6, a participação da população adulta de 25 anos ou mais do município de Amajari, teve uma variação positiva, mas ainda muito pequena ao longo do período analisado. Em 1991 essa faixa etária, 27,68% era analfabeta ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto, 65,92% tinham o fundamental incompleto e eram alfabetizados. Somente 3,77% tinham o ensino fundamental e médio completo e 2,63% tinham o médio completo e superior incompleto. Não foram computados números de pessoas adultas com superior completo. Já em 2010, houve um aumento do nível da escolaridade da população, onde o percentual do ensino médio completo e superior saltou para 11,3% no final do período. O ensino superior, só foi computado a partir de 2000, onde passou de 1% de 2000 para 1,3% em 2010.

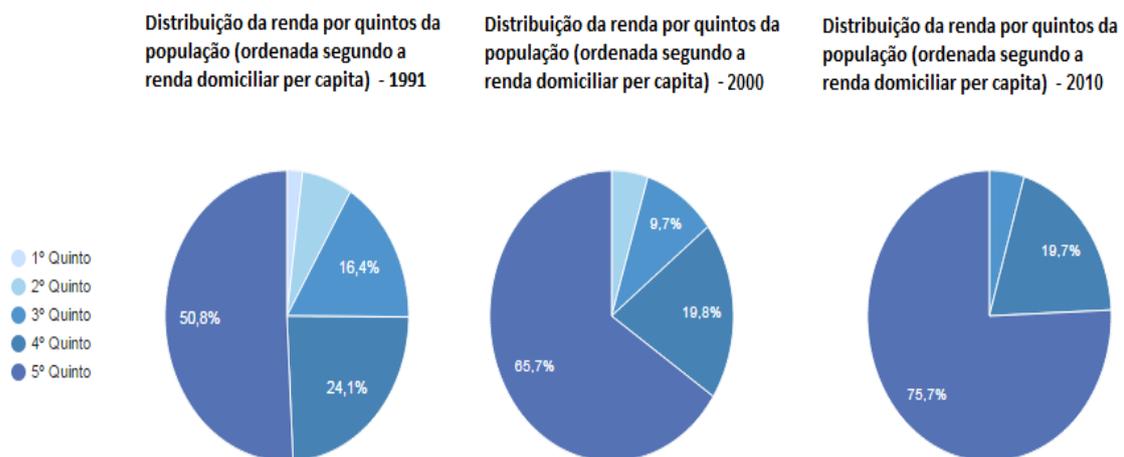
Em relação à dimensão renda, a renda per capita é um dos indicadores de condição de consumo, nesse caso a tabela 7, explica que no geral a renda per capita do município teve uma redução ao longo do período. Em 1991 a renda per capita correspondia a R\$ 254,07, em 2000 caiu para 179,02, caindo mais ainda em 2010 para R\$ 121,32. Com isso, acumulou uma queda de 109% no final do período.

**Tabela 07. Renda, Pobreza e Desigualdade no município de Amajari- Roraima.****Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Amajari - RR**

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	254,07	179,02	121,32
% de extremamente pobres	21,10	43,47	59,89
% de pobres	41,74	62,45	75,51
Índice de Gini	0,50	0,64	0,75

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Ainda de acordo com a tabela 07, com a redução da renda per capita do município, houve também um aumento no percentual dos extremamente pobres que passou de 21,10 em 1991 para 59,89 em 2010, correspondendo a aumento de 65%. Em relação ao percentual de pobres também houve um aumento significativo, pois passou de 41,74 em 1991 para 75,51 em 2010, correspondendo a um aumento percentual de 45%. Outro fator importante que a tabela trás, são os números referentes ao Índice de Gini, que mede a desigualdade social. No ano de 1991 o Índice de Gini era de 0,50 e passou para 0,75 em 2010, o que mostra que aumentou a desigualdade social, pois o índice explica que quanto mais próximo de 0, menor será a desigualdade social e quanto mais próximo de 1 maior será a desigualdade.

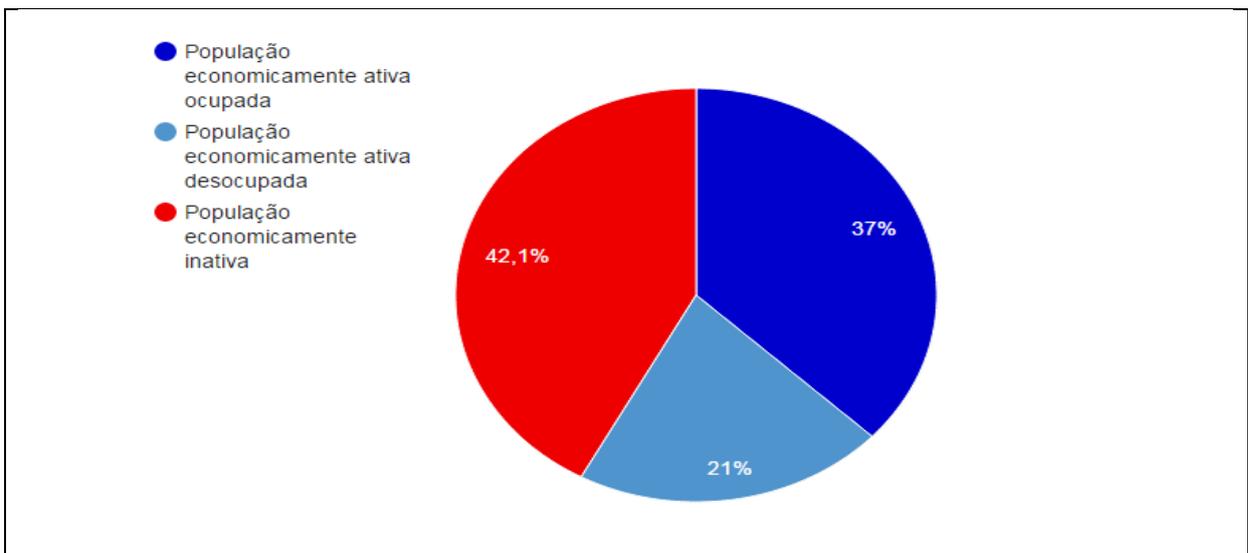
**Figura 07. Distribuição de Renda por Quinto de Renda no município de Amajari-Roraima**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Ainda sobre a dimensão renda, a figura 07, mostra a distribuição de renda no município pelos quintos do rendimento familiar per capita<sup>4</sup>, que representa a condição econômica da família. No caso do município de Amajari, em 1991 50,8% da população pertencia ao 5º quinto de renda domiciliar per capita, que se refere a divisão dos grupos familiares com os menores rendimentos. Em 2000, esse número aumentou para 65,7%, chegando aos 75,7% em 2010, confirmando o aumento na concentração de renda e o aumento da desigualdade de renda.

Outro aspecto considerado importante na análise de dados desse trabalho, é a composição da força de trabalho que o município dispôs no período estudado. De acordo com a figura 08<sup>5</sup>, a população economicamente ativa representou 37% em 2010, já a população economicamente ativa desocupada ficou com 21%, e a população economicamente inativa ficou com 42,1% da população inativa, o que demonstra que 58% da população estão fora do mercado de trabalho.

**Figura 08. População Economicamente ativa, inativa e desocupada no município de Amajari- Roraima em 2010.**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

<sup>4</sup> Divisão criada pelo PNUD para explicar a desigualdade social municipal. Dessa forma, as famílias são divididas em cinco grupos pelo valor da renda per capita. Quando a família tiver a maior renda per capita, fará parte do primeiro quinto e a família com renda per capita mais baixa fará parte do quinto e último grupo.

<sup>5</sup> Esta figura mostra apenas os resultados do Trabalho no ano de 2010, pelo fato do Atlas do Desenvolvimento Humano não ter disponibilizado dados do ano de 1991 e 2000.

Ainda sobre as questões relacionadas a taxa de ocupação dos habitantes no mercado de trabalho, com 18 anos ou mais no município de Amajari, a tabela 08<sup>6</sup>, mostra que houve uma redução na taxa de atividade dessa parcela de 71% entre 2000 a 2010. E a taxa de desocupação aumentou em 50% de 2000 para 2010. Já o grau de formalização dos ocupados aumentou em 10%.

**Tabela 08. Taxa de ocupação da população de 18 anos ou mais no município de Amajari.**

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Amajari - RR

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	63,13	36,96
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	10,46	20,96
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	17,46	19,21
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	20,90	44,88
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	9,53	29,15
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	71,14	42,01
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	85,77	86,30
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	96,81	97,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Ainda sobre a situação econômica da população com 18 anos ou mais que estão com ocupação no mercado de trabalho a tabela 08, mostra ainda o nível educacional dessa parcela da população, onde observamos que houve um aumento de 100% dos ocupados com nível fundamental completo de 2000 para 2010. Também houve um aumento no nível médio completo dessa parcela em 206% de 2000 a 2010.

Sobre o rendimento médio das pessoas com ocupação no mercado de trabalho e com mais de 18 anos, no geral é possível observar que aumentou a quantidade de pessoas que recebem até 5 salários mínimos de 2000 para 2010.

Por fim, os dados referentes aos indicadores de habitação que mostram a evolução do acesso à água encanada, energia elétrica e coleta de lixo. Esses indicadores estão ligados ao índice de desenvolvimento, pois refletem no grau de bem-estar da população.

<sup>6</sup> A análise da tabela 08, se limita ao ano de 2010 por falta de dados disponíveis no site do Atlas do Desenvolvimento Humano- Brasil.

**Tabela 09. Percentual de domicílios com acesso a serviços de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo em Amajari- Roraima.**

Indicadores de Habitação - Município - Amajari - RR			
	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	19,04	26,83	55,65
% da população em domicílios com energia elétrica	35,94	48,93	48,19
% da população em domicílios com coleta de lixo	-	95,78	100,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Por fim, a tabela 09 mostra que o acesso a água encanada, energia elétrica e coleta de lixo aumentou durante o período analisado. O percentual de domicílios com água encanada aumentou de 19,04 em 1991 para 55,65 em 2010. Também houve um aumento de domicílios com energia elétrica passando de 35,94% em 1991 para 48,19% em 2010. Os dados sobre a coleta de lixo estão disponíveis somente a partir de 2000, onde correspondia a 95,78 passando para 100% em 2010.

Essas informações são importantes, pois mostram como foi a evolução das condições básicas para o bem-estar da população, como é o caso da coleta de lixo, água encanada e energia elétrica, que são serviços básicos e que levam dignidade e condições básicas para o desenvolvimento humano, pois é a base do rompimento para o indivíduo ter condições para romper com as limitações básicas para o seu primeiro passo na busca pelo desenvolvimento.

Os dados analisados nesse capítulo mostram desempenho do IDH-M no município durante os anos de 1991 a 2010. Com isso foi possível verificar de forma mais sucinta o comportamento de cada dimensão no período.

A partir da análise dos gráficos e batelas, observou-se que houve uma variação positiva de todas as dimensões, mas que somente a longevidade conseguiu atingir um resultado satisfatório, chegando a um índice parecido com o de países e municípios desenvolvidos. Já nas outras duas dimensões educação e saúde, os dados mostram que os resultados ainda não são satisfatórios, pois esses dois índices não conseguiram atingir o nível de médio desenvolvimento.

Pode-se observar que houve uma redução na quantidade de habitantes, além do aumento da população e uma redução no PIB e no PIB per capita do município ao longo do período. Outro fator observado foi o grau de dependência da população no município, que aumentou e impactou negativamente no valor do PIB e na renda per capita do município.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação do IDH pela Organização das Nações Unidas em 1990, muitos países tomaram o índice como balizador do nível de desenvolvimento humano, o que possibilitou uma comparação a nível internacional, além de poder seguir normas gerais estabelecidas pelo PNUD, que se forem seguidas, garantem que um município ou país tenha sucesso quanto às questões relacionadas ao bem-estar da sua população.

No último relatório divulgado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano em 2013, o município de Amajari-Roraima, ficou entre os municípios com o pior IDH-M no Ranking brasileiro, com um índice considerado “muito baixo”. Com isso, o objetivo geral deste estudo consistiu na análise dos problemas que levaram ao baixo resultado do índice de Desenvolvimento Humano do município de Amajari-Roraima, referente à série histórica de 1991, 2000 e 2010.

Para isso, foi realizado um estudo sobre o conceito de desenvolvimento humano, para saber o que é importante considerar na análise do nível de desenvolvimento humano. Também houve a preocupação de analisar como foi criado o método de medição e quais as variáveis que o modelo utiliza para medir o nível de desenvolvimento de um município, estado ou país. A necessidade da teoria também se deu para entender as possíveis razões ou fatores que contribuíram para tal resultado.

Após analisar os fatores que o indivíduo necessita para romper com a privação de liberdade e atingir um bom grau de desenvolvimento, constatou-se que o estado é um grande provedor dessas condições por meio da criação das políticas públicas. Com isso, foi realizada uma análise sobre o conceito de políticas para saber até que ponto o estado pode auxiliar no aumento do nível de desenvolvimento humano. Dessa forma o problema desse trabalho ficou definido: por que o município de Amajari desde 1991 até 2010 não conseguiu atingir um bom nível de desenvolvimento humano?

Para isso, foi lançada a hipótese de que as políticas públicas relacionadas à renda, saúde e educação foram incapazes de resolver o problema do baixo desenvolvimento humano do município de Amajari- Roraima entre 1991 e 2010, devido as peculiaridades sociais do município.

Para responder esse questionamento, foi realizada uma análise das políticas públicas implantadas no município durante esse período e foi observado que o município recebe o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repasse realizado pelo governo federal e também é beneficiado com o auxílio do Programa Bolsa Família. Não foram coletadas

informações sobre políticas públicas estaduais que atenderam o município durante o período, pois o governo do estado de Roraima emitiu declaração afirmando que não tinha dados sobre essas ações referentes ao período analisado.

Para a dimensão Longevidade, a hipótese lançada foi rejeitada, pois o município cumpriu as metas estabelecidas pelo PNUD e obteve um resultado satisfatório nesse quesito. O município conta com a prestação de serviços de saúde e com a infraestrutura básica como acesso a água encanada e coleta de lixo. Com isso, teve uma redução na mortalidade infantil de 76,7% para 15,3% ao longo do período e um aumento na Esperança de vida ao nascer de 60,4% para 73,9%, o que prova que em relação a essa dimensão houve uma variação positiva, pois o total desse índice ficou em 0.815 em 2010, valor considerado alto para o IDH-M. O que derruba a hipótese lançada para a questão longevidade, que obteve um resultado satisfatório entre as três dimensões.

Já em relação à dimensão Renda, a hipótese lançada foi aceita, pois mesmo com as transferências de renda do Programa Bolsa Família, durante parte do período, houve uma redução no PIB municipal, e conseqüentemente uma redução da renda per capita, também aumentou o percentual dos mais pobres e a desigualdade social.

Vale ressaltar também, que grande parte dos indivíduos do município não estão inseridos no mercado de trabalho, o que gerou um aumento no grau de dependência da população que não produz renda e dependem dos recursos do governo, esse total passou de 19,69% em 1991 para 88,88% em 2010.

Além de grande parte da renda do município ser gerada pelo serviço público, outro fator verificado, foi à inexistência da produção de bens no setor da indústria, o que deixa a economia engessada por ser dependente apenas dos repasses federais e da agricultura que representa a menor parcela nesse quesito. Portanto, no que diz respeito ao índice renda, o problema do baixo resultado do índice não é apenas um problema de falta de políticas públicas, mas está muito relacionado ao fator cultural indígena que não se encontra com as características de intenção de geração de riqueza.

No caso da educação, a hipótese foi rejeitada, pois as políticas públicas foram aplicadas, e o município cumpre com o que está previsto na Constituição Federal oferecendo educação básica, além de receber ajuda do Programa Bolsa família, que obriga os beneficiários a manter a matrícula na escola. Mesmo com isso, foi possível observar que quanto maior a idade, menor foi a quantidade de pessoas matriculadas na escola, ou o grau de escolaridade. Esse problema está diretamente relacionado com a demanda por mão-de-obra na agricultura que é muito elevada no município, considerando que houve um aumento da

população rural frente a urbana no período, o que leva a entender que os jovens deixam a escola para ajudar a família no campo.

Nas quatro proporções em que essa dimensão educação é calculada, houve uma variação positiva no período, mas apesar de ter um aumento considerado muito bom do fluxo escolar de crianças e jovens no município de Amajari, na comparação com o estado de Roraima e o Brasil, o município ainda fica muito abaixo na dimensão educação, passando de 0,120 em 1991 para 0,319 em 2010. O que demonstra que a dimensão educação é responsável por puxar o resultado geral do IDH-M do município Amajari para baixo, pois mesmo com variação positiva no período, ainda falta muito para chegar a um resultado satisfatório.

Portanto, este trabalho responde a pergunta, explicando os problemas relacionados ao desenvolvimento do baixo índice de desenvolvimento humano do município de Amajari, demonstrando que apenas somente as dimensões renda e educação precisam de uma atenção maior para ter um resultado positivo e contribuir para elevar o resultado final.

Por fim, este trabalho tem como objetivo elevar o debate para as questões a respeito da medição do nível de desenvolvimento humano e bem-estar social em municípios onde existe uma população indígena e rural muito grande. Com o intuito de chamar a atenção para verificar se a aplicação do método do IDH é o mais adequado para esses casos, pois muitas vezes os indivíduos não fazem parte de uma cultura que tem acesso ou interesse de participar de todas as dimensões usadas para o cálculo do IDH.

## 6. REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Irma. **Teorias de desenvolvimento econômico**. Tradução de Denise Cabral C. de Oliveira. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1972.
- BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3.ed. V. 56. São Paulo: Cortez, 2001.
- BISPO, Romanul de Souza. **Dissertação de (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) Título: IDH de Roraima: condicionantes e especificidades** – Porto Alegre, 2009
- CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.
- CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- COSTA, AKKAR e SILVA. **Educação Básica no Brasil: Políticas Públicas e Qualidade**. 2011 <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/711/678> acesso em 05/02/2017
- COSTA, AKKARI e SILVA, Dossiê Temático: **Políticas Públicas em Educação Básica no Brasil: Políticas Públicas e Qualidade**. Acessado em <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/711/678>
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 6ª edição, 1978.
- FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

GUIMARÃES, Alexandre. **Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local**. Revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, nov. 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Soctt. Descentralização, equidade e desenvolvimento: atores e instituições locais (p.12-29). IN: GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Soctt (Org). Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais. São Paulo: Editora Senac, 2001.

HADDAD, S. *et al.* **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez. 2008.

<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-o-60-colocado-em-ranking-mundial-de-educacao,1686720>> acessado em 05/03/2017

<http://repasso.icmc.usp.br/#sigla=RR&id=11944&ano=2016>

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2381/2979> (GUIMARÃES 2011)

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A24.pdf>; acessado em 20/06/2016

[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125\\_atlas\\_introducao](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_introducao)> acessado em: 20/07/2016

[http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7\\_politicas.pdf](http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf) acesso em 18/02/2017.

<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>

KUZNETS, Simon Smith. **Crescimento econômico moderno: Ritmo, estrutura e difusão**. 2ª ed São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas)

LOPES, António Simão. **Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos**. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **O conceito de desenvolvimento econômico** Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers>>. Acessado em 20 de julho de 2015

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é IDH?** 2016. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH)>. Acessado em 10 novembro 2016.

RORAIMA, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Anuário Roraima em números 2011**. Boa Vista: SEPLAN-RR, 2013.

ROSTOW, W. W. (1971). **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, Haroldo Eurico Amoras dos. **Brasil e Venezuela: Cooperação e Integração Econômica, Corredor de Integração Regional Amazonas – Roraima – Bolívar e Orenoco**. Tese de Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, Odair J. **História geral de Roraima**. Boa Vista: Ed. UFRR, 2011

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Informações socioeconômicas do município de Amajari – RR**. Boa Vista, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Informações socioeconômicas do município de Amajari – RR**. Boa Vista, 2013

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e Consentimento. A política educacional do Banco Mundial**. São Paulo: Cortez Editora. 2002

SOARES, M.C.C. Banco Mundial: políticas e reformas. In Tommasi, Livia de (et al). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez Editora. 1996.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre. Sociologias. 2006. Acessado em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>.

SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; THEIS, Ivo Marcos. (org.) **Desenvolvimento Regional: abordagens contemporâneas**. Blumenau:Edifurb, 2009.

SOUZA, Maria Cristina de Andrade. **Crescimento econômico, inovação e empreendedorismo**. Dissertação (Mestrado em economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Nali. **Desenvolvimento Econômico**. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 1997

SOUZA, Ricardo. **Crescimento Econômico e Desigualdade na Distribuição de Renda no Brasil dos anos 1970 a 2007**. Trabalho de Conclusão de curso submetido à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

Torres, H. G., Ferreira, M. P., & Dini, N. P. (2003). **Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS.** São Paulo em Perspectiva, 17(3-4), 80-90.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 224p.

VILLARREAL, R. Economia Mista e jurisdição do Estado: para uma teoria da intervenção do Estado na Economia. **Revista de Economia Política**, Vol.4, nº4. outubro-dezembro. 1984. 62-88p.

WILLIAMSON, Jonh. **A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WILLIAMSON, Jonh. **A economia aberta e a economia mundial:** um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus. ©RAE- eletrônica - vol. 1 · nº 1 · jul-dez/2002 [www.rae.com.br/eletronica](http://www.rae.com.br/eletronica) 5ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL Antônio Pedro Albernaz Crespo – Elaine Gurovitz

<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/711/678> acesso em 05/02/2017

<http://www.dm.com.br/opiniao/2015/11/evolucao-nas-politicas-publicas-de-saude-no-brasil.html>

<http://www.dm.com.br/opiniao/2015/11/evolucao-nas-politicas-publicas-de-saude-no-brasil.html> > acesso em 20/02/2017

Ofício nº 01/2017.

Ao Coordenador do Programa Crédito do Povo

SETRABES-RORAIMA

Venho por meio deste, solicitar informações sobre os Programas de Crédito Social criados ou geridos pelo governo do estado de Roraima de 1991 a 2010. Informo que os dados serão utilizados na dissertação da aluna de mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia-UFRR, **LUCICLEIDE LOPES CAMPELO**, com o Título: **O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE AMAJARI-RORAIMA: PERÍODO 1991-2010.**

Respeitosamente,

*Lucicleide Lopes Campelo*  
Lucicleide Lopes Campelo.

Matrícula: 201518811

99125-9082

Recebido  
09/03/17  
Rose

2121-2616.

Renato. 15 horas.



## **DECLARAÇÃO**

A Coordenação do Programa Crédito do Povo – SETRABES, **DECLARA**, para os devidos fins e efeitos legais, que não existe em nossos arquivos dados do Programa Crédito do Povo criados ou geridos dos anos de 1991 a 2010. Portanto não podemos atender ao ofício da senhora **LUCICLEIDE LOPES CAMPELO**.

Na oportunidade, agradecemos pela colaboração e compreensão, ao tempo em que colocamos esta secretaria a disposição para outros esclarecimentos, ou entrar em contato com a saia do Programa Crédito do Povo pelo telefone 2121-2616.

Boa Vista – RR, 09 de Março de 2017.

  
**THIAGO RODRIGUES GARCIA**  
Assistente administrativo do Programa Crédito do Povo  
SETRABES-RR